

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

DAVI RODRIGUES BOTE

Paisagem: entre matéria e ideia. O conceito ao longo da história e epistemologia do
pensamento geográfico e sua abertura interdisciplinar

SÃO PAULO

2019

DAVI RODRIGUES BOTE

Paisagem: entre matéria e ideia. O conceito ao longo da história e epistemologia do pensamento geográfico e sua abertura interdisciplinar

Trabalho de Graduação Individual
apresentado ao Departamento de
Geografia da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo como
requisito para obtenção do título de
Bacharel em Geografia, sob orientação
do Prof. Dr. Elvio Rodrigues Martins

SÃO PAULO

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B748p Bote, Davi
Paisagem: entre matéria e ideia. O conceito ao longo da história e epistemologia do pensamento geográfico e sua abertura interdisciplinar / Davi Bote ; orientador Elvio Martins. - São Paulo, 2019.
65 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Paisagem. 2. História do Pensamento Geográfico. 3. Epistemologia. 4. Ontologia. 5. Interdisciplinaridade. I. Martins, Elvio, orient. II. Título.

BOTE, Davi. **Paisagem: entre matéria e ideia. O conceito ao longo da história e epistemologia do pensamento geográfico e sua abertura interdisciplinar.**

Trabalho de Graduação Individual (TGI) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Antes de qualquer coisa, deixo minha profunda e imensurável gratidão aos familiares, especialmente ao meu pai, minha mãe e meu irmão. A todos/as, o meu afeto.

Aos amigos e amigas, cujos nomes, embora transbordem os limites da minha memória, merecem justiça maior do que breves linhas em arial. A todos/as, o meu companheirismo.

Aos professores e professoras ao longo da jornada - do ensino básico ao superior -, sobretudo aos tão estimados Elvio Rodrigues Martins e Sandra Maria Patrício Ribeiro. A todos/as, meu respeito.

À instituição Universidade de São Paulo.

A todos/as, enfim, minha gratidão.

RESUMO

BOTE, Davi. **Paisagem: entre matéria e ideia. O conceito ao longo da história e epistemologia do pensamento geográfico e sua abertura interdisciplinar.**

Trabalho de Graduação Individual (TGI) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

A presente redação parte de um esforço teórico empreendido acerca da paisagem, categoria capital aos geógrafos, e suas transformações ao longo da história do pensamento geográfico e seu atual momento de abertura interdisciplinar. Fez-se necessário partir da paisagem enquanto *noção* - sob aporte de saberes linguísticos e etimológicos -, ou seja, tratando de examinar tanto suas formas mais primitivas - no Oriente e no Ocidente - quanto seus usos corriqueiros. Em seguida, buscamos trazer a paisagem enquanto *conceito*, discutida no bojo da ciência geográfica, sobretudo enfatizando sua evolução ao longo do tempo e demarcando algumas particularidades presentes em autores ou escolas de pensamento. Por fim, tentamos tanto apontar o momento atual de abertura interdisciplinar, em que a paisagem permeia diferentes narrativas e é discutida sob diversas epistemes, quanto identificar pontos convergentes ou divergentes de tais áreas do conhecimento com a ciência geográfica.

Palavras-chave: Paisagem; História do Pensamento Geográfico; Epistemologia; Ontologia; Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

BOTE, Davi. **Landscape: between matter and idea. The concept throughout the history and epistemology of geographic thought and its interdisciplinary openness.** Individual Undergraduate Thesis - Faculty of Philosophy, Languages and Literature and Human Sciences, University of São Paulo, 2019.

The present essay starts from a theoretical effort undertaken on the landscape, capital category to geographers, and its transformations throughout the history of geographic thought and its current moment of interdisciplinary openness. It was necessary to start from the landscape as a *notion* - under the influence of linguistic and etymological knowledge - *id est*, by examining both its most primitive forms - eastern and western - as well as its ordinary uses. After that, we have tried to bring landscape as a *concept*, discussed under the sight of geographic science, especially emphasizing its evolution over time and demarcating some particularities present in authors or schools of thought. Finally, we somewhat attempted to point out the current moment of interdisciplinary openness, in which the landscape permeates different narratives and is discussed under different epistemes, as well as we tried to identify convergent or divergent points of such fields with geographic science.

Keywords: Landscape; History of Geographic Thought; Epistemology; Ontology; Interdisciplinarity.

Paisagem: entre matéria e ideia. O conceito ao longo da história e epistemologia do pensamento geográfico e sua abertura interdisciplinar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
 Capítulo 1. DA PAISAGEM-NOÇÃO À PAISAGEM-CONCEITO: HISTÓRIA, ETIMOLOGIA E PRIMEIROS EMPREGOS DO TERMO.....	15
1.1 Perspectiva oriental (chinesa).....	16
1.2 Perspectiva ocidental.....	18
1.2.1 <i>Landschaft</i> e <i>Paysage</i> : contrapontos entre uma abordagem pragmática e outra subjetiva.....	19
1.3 Do seu estatuto científico à sistematização da Geografia.....	21
 Capítulo 2. ENTRE O PRAGMÁTICO E O SUBJETIVO: A PAISAGEM SOB A NEW GEOGRAPHY E A GEOGRAFIA CULTURAL.....	28
2.1 Um conceito especialmente pragmático: paisagem e meio natural.....	28
2.2 Na Geografia Cultural: a inserção do fenômeno urbano e o homem em primeiro plano.....	34
2.2.1 A percepção e a experiência subjetiva à luz da ciência geográfica.....	43
 Capítulo 3. DEBATES E POSSIBILIDADES ACERCA DO CONCEITO DE PAISAGEM.....	47
3.1 Para além da ciência geográfica: a paisagem e as vias interdisciplinares.....	47
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
BIBLIOGRAFIA.....	63

山中问答

问余何意栖碧山，
笑而不答心自闲。
桃花流水窅然去，
别有天地非人间。

*Há quem pergunte
por que eu vivo
nestas verdes colinas.
Sem responder, sorrio,
de coração sereno.
[...]
Tudo vai embora, tudo se apaga.
Aqui é outra, a terra,
e outro, o céu.
Nada parecido
com o mundo dos humanos
lá embaixo.*

Li Bai (701-762)

INTRODUÇÃO

É logo quando o Sol acena pela manhã que Zezinho, assim carinhosamente apelidado o amigo, se põe para o lado de fora de sua benfazeja casinha, próxima ao cume do morro sedimentar na rua de trás do lago. Do lado de fora, caminha cautelosamente pelo gramado e serrapilheira ainda orvalhados de seu escarpado jardim, munido de um facão e enxada assaz oxidadas: testemunhas fiéis e simbólicas da íntima comunhão entre Zezinho e os espaços de manutenção da sua vida. Pouco atrás, assistindo Zezinho descer o quintal, está Terezinha, sua companheira de tempos longínquos, sentada em um banco de madeira sob o teto entremeado de telhas e concreto, ora descascando algumas frutas e murmurando palavras para si, ora lançando o olhar ao labor do companheiro e ao horizonte e fundo de vale que se estendem como um tecido glauco.

Zezinho goza de quase 90 anos de vida; Terezinha beira os 80 (devo acrescentar um detalhe dos mais invejáveis: sem um único fio de cabelo branco em sua cabeça de fios brunos, lisos como se possa imaginar). Ao longo da extensa trajetória, antes que tudo soe bucólico em demasia, contudo, os dois passaram por momentos de dificuldade em vida: Zezinho, na maioria do tempo, foi trabalhador rural, daqueles que se deslocam entre as várias categorias que Antonio Candido examinou n'Os *Parceiros do Rio Bonito*, sempre a depender da disponibilidade e condições de trabalho: foi meeiro, parceiro (até pedreiro), enfim... sempre esteve na condição de força de trabalho empregada (até os 70 e tantos anos), nunca de empregador de força de trabalho. Desde então a portar o facão e a enxada, ambos talvez menos enferrujados.

Zezinho teve oportunidades, desde seus 20 anos e alguma coisa, de se mudar à metrópole; o fenômeno do êxodo rural já não mais engatinhava, quer dizer, já havia assumido proporções expressivas no território brasileiro, inclusive explicadas segundo especificidades regionais, fatores de expulsão e atração e uma série de outras coisas. A penúria e a vida orientada à luz dos mínimos vitais soavam como sirene aos agrupamentos humanos nesta condição. Zezinho, no entanto, num gesto de teimosia, decidiu ficar; pôs em xeque coisas valiosas, incomensuráveis e insubstituíveis, até. E hoje ele me conta o porquê de sua decisão: em um tórrido

entardecer deste município do Circuito das Águas de São Paulo, nós dois nos sentamos no banco de madeira e sorvemos, em longos tragos, uma garapa gelada, moída por nós em seu mais que centenário engenho de mão.

Em respeito ao leitor, devo me apressar e pular os pormenores, mas, enfim, perguntei-lhe incisivamente algo como: “Zé, por que o senhor não foi para São Paulo com a Terezinha e as crianças? Pelo que parece, a vida sempre foi muito apertada, cheia de altos, é verdade, mas cheia de baixos, não?”. Zezinho não é do tipo tosco ou sisudo; do contrário, fala (e ri) pelos cotovelos, no melhor dos sentidos, com uma fluência admirável, ainda que acometido pelas adversidades da idade avançada. Desta vez, porém, Zezinho poupou palavras: “*Olha, Davi, não sei viver em outro lugar*”, e, com a mão, gesticulava talvez em direção ao seu jardim, talvez em direção à vista do fundo do vale com o lago já iluminado pelos postes da orla. Talvez, diria, gesticulava a um recorte mais amplo, uma sequência de imagens cujo espaço e tempo são indeterminados e que franqueam modos singulares de se habitar, certamente abrangidos por uma lógica ainda dificilmente tocada pela ciência moderna. Como pensar que o espaço seria passível de reverberar no indivíduo um sentimento de afeição, comoção e apreço neste nível? Esse recorte maior - que não é o lugarzinho (*topion*) de seu jardim, nem o município em si -, cuja totalidade abarca desde o ambiente físico e objetivo até o indivíduo e seus dispositivos psíquicos e subjetivos, é o motivo pelo qual, de fato, resolvi trabalhar com esse tema. É o que erizou minha curiosidade, agora, no âmbito acadêmico.

Quase todos os dias Zezinho cata seu facão e enxada. Essa imagem se repete por anos, em diferentes contextos e muitas vezes ressignificada: antes como algo expresso pelo signo da diligência para o atendimento dos mínimos subsistenciais; hoje como signo do regozijo e prazer pela vida rural; sempre expressando qualitativamente seu *habitar* no espaço.

Quantos anos tem essa imagem?

Este trabalho é resultado de revisões e pesquisas teóricas acerca da paisagem ao longo da história do pensamento geográfico e, posteriormente, seu intercâmbio com demais áreas do conhecimento. Há um pressuposto a nos guiar: entendemos que muito anterior aos usos acadêmicos do termo há, fundamentalmente, um pensar e falar-sobre a paisagem intimamente ligados às manifestações concretas e singulares de ordem cultural e social ao longo do tempo. Há uma paisagem-reflexo do *ethos* na história, presente nas mãos do artista plástico, nas meditações existencialistas, nos versos do haicaísta, nos mitos e ritos versados e praticados pelos povos, etc. Não buscaremos tal aprofundamento; que queremos que fique claro, em verdade, é que há *noções* primeiras e distintas acerca da paisagem em diversas civilizações, ou seja, anteriores à feição científica que ser-lhe-á dada especialmente a partir do século XIX. Partiremos daí: investigaremos os primeiros empregos do termo na história, cujo resgate à linguística e etimologia nos serão imprescindíveis.

Doravante, ser-nos-á necessário contextualizar a paisagem no escopo da ciência geográfica em suas escolas, autores e produções, exatamente conduzindo essa transição - da noção ao conceito - à luz de especificidades linguísticas e epistemológicas. Trouxemos, a fim de exemplificação, algumas particularidades por detrás dos termos *Landschaft* e *Paysage*, ou das perspectivas anglo-saxãs e latinas. Posto isso, nos debruçaremos sobre a paisagem *já conceito* e segundo a epistemologia e história do pensamento geográfico, sobretudo buscando manifestar suas transformações desde a sistematização da Geografia enquanto ciência até os debates mais recentes.

Muito devo à dissertação de mestrado de Yanci Ladeira Maria (devo admitir que fi-la de livro de cabeceira), cujo formato e estrutura serviram de exemplo à minha redação. Escolhi, inclusive, trilhar pelo mesmo caminho de introduzir com a paisagem-noção - pré-científica - e suplementar à discussão a paisagem-conceito¹, ainda que por meios e autores, em parte, diferentes.

¹ No entanto, aqui buscamos desencadear o tema sob diferentes perspectivas, ora convergindo, ora divergindo. Na maioria das vezes, contudo, visamos suscitar novos conteúdos e possibilidades às discussões levantadas.

Encerraremos o texto demarcando algo de crucial, a saber, o presente momento de abertura interdisciplinar da paisagem, o qual perfaz desde a filosofia e as ciências humanas até as ciências biológicas e da natureza. É, finalmente, este o nosso objetivo quando damos o título deste trabalho de *Paisagem: entre matéria e ideia*: queremos chamar a atenção de que a paisagem não é ensimesmada às perspectivas excessivamente materialistas ou pragmáticas, tampouco se isola no plano onírico dos devaneístas. Ao contrário, é possível pensá-la no meio-caminho entre os dois polos e é isto, precisamente, a que tentaremos dirigir nossas reflexões.

ÉCLOGA À PAISAGEM (2019)

*a paisagem,
olha, não sei
se ela começa
aqui,
em mim
ou
se eu começo
ali,
nela.*

CAPÍTULO 1.

DA PAISAGEM-NOÇÃO À PAISAGEM-CONCEITO: HISTÓRIA, ETIMOLOGIA E PRIMEIROS EMPREGOS DO TERMO

A palavra paisagem se faz presente no cotidiano de muitas pessoas em diversas civilizações e, via de regra, é empregada num sentido amplo e corriqueiro fazendo menção a um tipo de espaço (um recorte) mais ou menos aprazível esteticamente, geralmente contendo elementos naturais e conferido sob certa harmonia (relevo, solo, plantas, animais, cores, etc.). A definição de paisagem, também, não é nenhum consenso entre as pessoas, embora as características citadas estejam presentes na maioria dos imaginários. Contudo, os primeiros entendimentos e empregos dessa noção pelo mundo - i.e., muito antes do universo acadêmico - possuem peculiaridades distintas que, ainda que variáveis segundo o arcabouço cultural de cada civilização em questão, tendiam à convergência de uma certa coesão ou harmonia de elementos sob o invólucro de natureza e/ou meio ambiente (ainda que paisagem não lhes seja um substituto).

De todo modo, este capítulo não visará atestar quem é o *pater* da paisagem, mas trazer perspectivas etimológicas e panoramas históricos dos usos desse termo, a destacar na China e na Europa, e como a paisagem-noção passou a paisagem-conceito, fulcral à Geografia. Continuaremos, portanto, desse ponto de clivagem: da noção ao conceito; mais especificamente, a partir da inserção da paisagem, enquanto categoria, nesse momento de sistematização da Geografia sob os moldes da ciência moderna. Isso, é claro, sem condenar pressupostos teóricos ou pôr em xeque a questão do método, mas justamente traçando uma linha evolutiva do conceito de paisagem, de modo geral, ao longo da contribuição de Alexander von Humboldt, Friedrich Ratzel e Paul Vidal de La Blache, três dos expoentes desse estágio de cientifização dos saberes geográficos.

Ademais, embora bebamos nas fontes da história, ser-nos-á mais importante atribuir os significados e representações contidas nos imaginários dos povos e nas abordagens científicas do que, propriamente, apelar às datas precisas (tarefa árdua demais, talvez, para um trabalho como este).

1.1 Perspectiva oriental (chinesa)

Não é mistério o fato de que muito do conhecimento produzido (e reproduzido) academicamente, ao longo dos séculos, provém de uma tradição ocidental, sobretudo europeia. O método cartesiano, enfaticamente empregado nas ciências emergentes a partir do século XVII, revolucionou a forma relacional entre sujeito e objeto, sobretudo colocando-os em níveis distintos: o primeiro é aquele que pensa *racionalmente*, que cogita; o segundo é o pensado, concebido. Essa cisão entre *quem* pensa com *aquilo* que é pensado, como um legado à/da Europa Iluminista, todavia, não é difundido tão cedo no continente asiático, ou, dito de outra forma, no Oriente.

Assim, no que concerne a paisagem, suas origens e primeiros usos, faz-se necessário mostrar que as formas primeiras, com as quais se puseram a pensar a paisagem no Oriente, escapam dessa perspectiva em que se dissociam sujeito e objeto². Segundo o entendimento de Maria (2011), podemos pensar nos termos de uma ruptura entre homem e meio:

“[...] Na China o desenvolvimento de um pensamento sobre paisagem não tem origem em uma ruptura entre o homem e o meio, nem é separada de aspectos religiosos. Já a noção de paisagem que se desenvolveu na Europa, provém de um distanciamento e de uma certa ruptura com a natureza, base da modernidade ocidental e fundamental para a existência de seu desenvolvimento científico³”.

Augustin Berque, filósofo e geógrafo francês - que, adiante, será melhor apresentado - estabeleceu em seu livro, *O Pensamento Paisageiro*, seis critérios a partir dos quais, na totalidade, seria possível identificar o *nascimento* da noção de paisagem em uma dada sociedade:

“[Há] seis critérios [...] de [gênese da] paisagem sobre esta ou aquela cultura. [...] 1. uma literatura (oral ou escrita) que cante a beleza dos lugares, o que inclui toponímia (em francês, por exemplo, Bellevue, Mirabeau, Beloeil, etc); 2. jardins recreativos; 3. uma arquitetura planejada para desfrutar de belas

² No livro *O Pensamento Paisageiro*, Augustin Berque aprofundará a reflexão sobre esse dualismo, naquilo que chamará de *paradigma ocidental moderno clássico* (BERQUE, 2009, p. 90-92).

³ MARIA, Yanci Ladeira (2011). *Paisagem: entre o sensível e o factual. Uma abordagem a partir da geografia cultural*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, p. 29.

vistas; 4. pinturas que representam o entorno; 5. uma ou várias palavras para dizer *paisagem*; 6. uma reflexão explícita sobre a *paisagem*⁴”.

O autor aponta que a apreensão primeira da paisagem - i.e., com o atendimento dos critérios supracitados - aconteceu na China, por volta de 440⁵, cujo marco (ou, pelo menos, um dos) foi a obra *Introdução à Pintura da Paisagem* (*Hua shanshui xu*), de Zong Bing (375-443). É nesse contexto que o termo *shanshui*⁶ (literalmente: 山 *montanha* e 水 *água*), referindo-se à *relação harmônica* entre os elementos celestes e dos eixos vertical (colinas, montanhas) e horizontal do espaço (rios, lagos, vegetação), em consonância com a sensibilidade humana, dar-se-á na paisagem de forma cósmica e estética, sendo empregado em diversos poemas e textos da China dessa época. Zong Bing, em breves linhas, apontou que a paisagem, ainda que material, tende ao *espírito*⁷, isto é, a *shanshui* (já a paisagem) dependeria não apenas de um arranjo material de seres bióticos e abióticos, mas de uma sensibilidade subjetiva e apreensora (espírito) que conferisse algum valor à sua apreciação, primeiramente estética, na totalidade. Yi-Fu Tuan, geógrafo sino-americano, descreveu que “a apreciação estética das montanhas começou no século quarto depois de Cristo, quando inúmeras pessoas migraram para as partes acidentadas do país⁸”. Esse pensamento que insere o homem à essa porção territorial denominada paisagem não está apenas por detrás da origem do termo, mas certifica a existência de uma, até então, nova representação espacial, carregada de símbolos, mitos e ritos. Um espaço herdado e cujo devir é a herança.

⁴ “[Há] seis critérios [...] de paisaje a propósito de esta o aquella cultura. [...] 1. una literatura (oral o escrita) que cante la belleza de los lugares, lo que incluye (1bis) la toponimia (en francés, por exemplo, Bellevue, Mirabeau, Beloeil, etc).; 2. jardines de recreo; 3. una arquitectura planificada para disfrutar de hermosas vistas; 4. pinturas que representen el entorno; 5. una o varias palabras para decir <paisaje>; 6. una reflexión explícita sobre <el paisaje>” (BERQUE, 2008, p. 60).

⁵ Ibid, p. 61.

⁶ O moderno vocabulário chinês não se utiliza do termo *shanshui* para se referir à paisagem. Correntemente usa-se o termo *Jǐngguān* (景观), preservando o caráter filosófico e estético ao obsoleto *shanshui*.

⁷ “Zhi yu shanshui, zhi you er qu ling. En cuanto al paisaje, aun teniendo sustancia, tiende al espíritu” (BERQUE, 2008, p. 83-84).

⁸ TUAN, 1980, p. 82

1.2 Perspectiva ocidental

A perspectiva ocidental sobre a gênese da paisagem se baseia no extenso campo das línguas indo-europeias, durante a Alta Idade Média. Nesse contexto, a partir do século XIII⁹ os reinos germânicos se utilizaram dos termos *landschap* e *landschaft*, sobretudo este último que “nas interpretações latinas servia para dizer a *pátria* e a *região*, com o sentido de território¹⁰”. A origem do termo nos países vizinhos atesta essa familiaridade entre as línguas, preservando em certo grau a morfologia e sentidos da palavra. De toda forma, que temos com certa clareza é uma primeira aparição do termo na Holanda¹¹:

“landschap em holandês (1481), landschaft (1508) em alemão e, em inglês, landskip (1598), em seguida, landscape (1603). Quanto ao termo francês paysage (1549), este apareceu antes do paesaggio italiano (1552); são derivados a paisaje espanhola e a paisagem portuguesa¹²”.

Quanto à significação no idioma holandês, *landschap* refere-se à “região terrestre ou ambiente¹³”, em que o prefixo *land* diz respeito à território fronteiriço e o sufixo *-schap* à criação ou recuperação¹⁴, também preservando tal significado no sufixo alemão *-shaffen*. No idioma inglês, no entanto, perde-se a referência de território no lugar de *cenário*. Aqui, *land* possui significado de terra, terreno ou solo e o próprio termo *landscape* imprime a presença humana como *criadora* ou *organizadora* dessa porção de terra.

⁹ “One of the oldest references in the Dutch language dates from the early thirteenth century when ‘lantscap’ (‘lantscep’, ‘landschap’) referred to a land region or environment. It is related to the word ‘land’, meaning a bordered territory, but its suffix -scep refers to land reclamation and creation, as is also found in the German ‘Landschaft’ — ‘schaffen’ — to make. Its meaning as ‘scenery’ is younger and comes with Dutch painting from the seventeenth century, international renown of which introduced the word into English but with an emphasis on ‘scenery’ instead of territory. When ‘land’ refers to soil and territory, ‘landscape’ as ‘organized land’ is also characteristic of the people who made it” (ANTROP, 2013, p. 12)/

¹⁰ MARIA, 2011, p. 25

¹¹ CAUQUELIN, Anne (2000). *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 35.

¹² [...] ‘l’une anglo-saxonne, a donné à partir de landschap en néerlandais (1481), landschaft (1508) en allemand et en anglais, landskip (1598) puis landscape (1603). Quant au terme français paysage (1549), il est apparu avant l’italien paesaggio (1552); en sont dérivés l’espagnol paisaje et le portugais paisagem” (DONADIEU; PERIGORD apud MARIA, 2011, p. 25).

¹³ ANTROP, 2013, p. 12

¹⁴ *ibid*, p. 12

Nos países de língua latina, a ideia de porção de terra ou terreno é preservada nos prefixos *pays/paese/pais*, todas as quais provenientes de *pagus*, do latim, *demarcação* (de terra). Segundo explica Marc Antrop noutro texto mais recente:

“O geógrafo francês Paul Claval [...] vê a paisagem como um fenômeno social que representa a identidade política ou social de uma comunidade. Hoje em dia muitas regiões (históricas) e paisagens na França ainda são referidas como '*Pays de...*' ('*terra de...*'). No entanto, *pays* difere do conceito de terra que em francês é chamado *terre*, mais referente ao terreno e ao solo. [...] *Paysage* também se refere ao cenário, à apresentação da terra[...]¹⁵”

Os usos dos vocábulos equivalentes à paisagem, na Europa, só podem ser entendidos segundo seus respectivos recortes culturais e históricos, que quer dizer que, apesar da familiaridade linguística nos casos apresentados, cada sociedade empregou determinado sentido à palavra. E isto nos é central: essas especificidades de ordem cultural e linguística nortearão os usos acadêmicos e científicos da paisagem, conferindo-lhe agora um caráter conceitual, atravessando diversas áreas do conhecimento e, sem dúvidas, no que diz respeito a este trabalho, sendo uma das categorias espaciais de maior interesse dos geógrafos ao longo dos séculos.

1.2.1 *Landschaft* e *Paysage*: contrapontos entre uma abordagem pragmática e outra subjetiva

Nem sequer na ciência geográfica há unanimidade sobre o sentido do termo paisagem; nos anos de 1934 e 1938, a seção *paisagem* era a que mais causava incompreensões e discordâncias, sobretudo entre alemães e franceses¹⁶. Ao longo do processo de sistematização da Geografia - i.e., conforme este atributo da existência humana passou a se institucionalizar sob os moldes científicos -, os

¹⁵ “The French geographer Paul Claval (2004) sees the landscape as a social phenomenon representing the political or social identity of a community. Nowadays many (historical) regions and landscapes in France are still referred to as '*Pays de...*' ('*land of...*'). Nevertheless, *pays* differs from the concept of land that in French is called *terre*, more referring to terrain and soil. [...] *Paysage* also refers to the scenery, the appearance of the land [...]” (ANTROP; VAN EETVELDE, 2017, p. 39).

¹⁶ HALLAIR, Gaëlle. “*Paysage*” et “*Landschaft*”: incompréhensions et malentendus entre les géographes allemands et français dans les années Trente. In: KELLERER, Nierhoff-Fassbender; PERRIN-MARSOL, Theofilakis. *Malentendu: bien entendu, une affaire de communication* (2007), Cologne.

debates, discussões e produções passaram a se debruçar, em maior ou menor grau, sobre esta categoria espacial. E apesar de cada território possuir seu(s) verbete(s) equivalente(s) à paisagem, como já trazido nas páginas anteriores, é possível dizer que convencionou-se, ao longo da história e epistemologia do pensamento geográfico, uma dualidade entre *landschaft* (e mesmo *landscape*) e *paysage*: não só porque abrigam particularidades ou da origem germânica ou da origem latina, mas sobretudo por constituírem abordagens distintas com este novo objeto de reflexão e análise.

Grosseiramente, a utilização de *landschaft* se aproxima de abordagens *pragmáticas* do ambiente natural, integrando os diversos elementos da paisagem segundo um contato com as ciências naturais e exatas; e *paysage* preserva um caráter *descritivo* e *subjetivo* da/na paisagem, se aproximando da filosofia e ciências humanas como um todo. De forma bastante sucinta, “o sentido do vocábulo varia de acordo com a escala de observação e os critérios de classificação, conforme a geografia for entendida prioritariamente como ciência natural ou como ciência humana¹⁷”. E embora certas produções da ciência geográfica atestem tal dualidade, isso não se constitui enquanto regra ou diretriz epistemológica, na verdade são registros históricos do conceito de paisagem empregado em solo científico. É evidente que países falantes de línguas latinas também discutem a paisagem alinhados às ciências naturais, bem como países de línguas anglo-saxãs pensam a paisagem partindo da percepção e subjetividade, por exemplo.

Os primeiros usos da *landschaft* na Geografia possuem esse traço naturalista e pragmático, ainda orientados pelas produções das ciências naturais e exatas e segundo necessidades de ordenamento territorial. Chantal Blanc-Pamard e Jean-Pierre Raison elucidam esse período bastante efusivo sobretudo no leste europeu:

“Esta abordagem geográfica das paisagens, que segue uma linha naturalista, desenvolveu-se na Europa Central e Oriental: o termo *landschaft* faz desde há muito parte do vocabulário científico da geografia alemã. Os trabalhos sobre a *landschaftskunde* e depois sobre a *landschaftsökologie* de Carl Troll constituem os primeiros esboços duma análise integrada das paisagens [...]. Mas foi sobretudo na URSS que se prosseguiram mais ativamente as pesquisas, ao mesmo tempo fundamentais e aplicadas à análise da

¹⁷ CHANTAL; RAISON, 1986, p. 141

paisagem natural, considerada globalmente na sua complexidade (geografia física global)¹⁸.

Os mesmos autores enfatizam a importância do ordenamento espacial, principalmente na União Soviética, cujo imenso território permanecia pouco conhecido pelo Estado¹⁹; é nesse contexto, e.g., que “Dokutchaiev, o fundador da pedologia, lançou no século passado a ideia do *complexo natural total* e retomou o termo alemão *landschaft*, preferindo-o ao vocábulo francês *paysage*, mais descritivo e subjetivo²⁰”.

A ideia de *paysage*, em oposição ao termo germânico, surgiu associada à estética renascentista e “à representação artística da paisagem²¹”, ou seja, desde seus primeiros empregos se relacionava à uma questão sensorial, especialmente visual: era um recorte espacial, mas também uma representação espacial situada no campo das artes.

Mesmo que *landschaft* e *paysage* sejam traduzidas da mesma forma hoje, é mister sublinhar que há diferenças etimológicas e históricas, também responsáveis pelos usos dessas categorias no discurso científico. Dito isto, buscaremos nas linhas subsequentes apresentar as primeiras aparições desta categoria sob o escopo da Geografia agora sob a malha científica de sua época, apontando as principais características e ideias presentes sobretudo em três autores fundantes: os alemães Humboldt e Ratzel e o francês La Blache.

1.3 Do seu estatuto científico à sistematização da Geografia

Em linhas passadas, na seção *landschaft* e *paysage*, intentamos por descrever brevemente as características de cada um dos termos segundo especificidades 1) linguísticas e 2) epistemológicas, i.e., salvaguardando particularidades tanto do termo germânico quanto do termo latino e suas respectivas derivações; e não é que tenhamos escolhido destrinchar tais étimos aleatoriamente.

¹⁸ BLANC-PAMARD, Chantal; RAISON, Jean-Pierre. “Capítulo Paisagem”. In: *Enciclopédia Einaudi* (1986). v.8. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 149.

¹⁹ Ibid, p. 149.

²⁰ Ibid, p. 149.

²¹ MAXIMILIANO, Liz Abad (2004). *Considerações sobre o conceito de paisagem*. Curitiba: Revista Ra’e Ga, p. 85.

Nas próximas linhas, vinculando-as às ideias anteriores, buscaremos mostrar como, sobretudo na Alemanha e na França, a paisagem fora tema recorrente nas primeiras produções científicas e geográficas.

É sobretudo no século XIX em diante que a paisagem assume uma ambivalência: ainda é tanto noção - como visto no capítulo anterior, a variar de acordo com especificidades linguísticas e culturais dos povos - como, neste momento, o é conceito, isto é, uma faculdade apreendida mentalmente cujos desdobramentos se darão, agora, no campo dessa nova modalidade explicativa das coisas no mundo: a ciência. Desse momento em diante, a paisagem transita entre os mais variados discursos, sejam eles mais corriqueiros ou aprofundados. E um dos nomes de fundamental importância é o de Alexander von Humboldt (1769 - 1859), verdadeiramente um dos expoentes da ciência em sua época.

Humboldt, prussiano de origem nobre, é frequentemente alcunhado de *Pai da Geografia*, uma vez que tenha sido o primeiro a observar e analisar fenômenos espaciais, descrevendo-os sistematicamente em seus trabalhos de campo:

“A leitura de Humboldt [...] oferece a possibilidade de compreender um dos fatos mais importantes da história recente da sociedade humana que foi a consolidação da ciência como forma de conhecimento e como orientadoras do pensamento e ação humanas [...]. Tomar contato com a obra de Humboldt é tomar contato com a quase totalidade da produção científica de seu tempo”²².

Sem a observação e descrição dos fenômenos espaciais, ser-lhe-ia impossível ter alcançado uma produção de saberes tão rica; ora, Humboldt viajou aos países tropicais, portanto teve acesso a uma realidade diametralmente oposta àquela que conhecia na Europa, tanto em aspectos bióticos quanto abióticos; custa dizer que as paisagens com as quais teve contato não eram apenas singulares em sua constituição geral, o que nos é óbvio e assim o seria para qualquer observador, mas eram inteiras novidades uma vez que exprimiam, em comunhão, uma porção de elementos componentes de uma totalidade ainda desconhecida, tanto para o sujeito europeu (*micro*) quanto para o tecido científico da época (*macro*). Quanto a sua abordagem, fica claro em sua produção bibliográfica uma

²² LOURENÇO, Claudinei (2002). *Paisagem no Kosmos de Humboldt: um diálogo entre a abstração e a sensibilidade*. Tese de doutorado: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, p. 12-13.

“Aproximação ao empírico [...] que se qualifica em vários níveis, isto é, objetiva-se na paisagem [...] do microscópico ao descrever detalhadamente espécies vegetais e animais ao macroscópico ao descrever planetas e constelações, passando pela escala humana da paisagem geográfica ou de arte pictórica²³”.

Portanto, a paisagem se situaria *entre* o observador e determinado lugar mais amplo, onde, neste último, coexistiriam plantas, animais, rochas, solos, etc., compreendida “no plano da efêmera relação²⁴”. Não obstante, Humboldt também reconhece a paisagem no campo das artes, em que ele próprio destaca a importância da paisagem aos povos chineses, indianos e gregos na antiguidade²⁵. No entendimento de Serrão, Humboldt “apresenta as paisagens [...] enquanto vistas (*Ansichten*) da natureza, banhadas em límpidas atmosferas e caracteres particulares: cada zona tem sua beleza²⁶”. Se constituía, sem contradição, uma ciência geográfica empiriológica amalgamada a uma estética do espaço.

Ainda que suas descrições fossem predominantemente naturalistas²⁷ sobre os fenômenos no espaço terrestre, é mister dizer que em suas explorações “utilizava muitas técnicas de coleta de dados, uso sistemático de instrumentos, demonstrações conclusivas, descrições e linguagem científica apropriada. Mas Humboldt não é apenas um cientista de campo, pois também avança no campo epistemológico²⁸”.

Um pouco posterior a esse autor, Friedrich Ratzel (1844-1904) terá sua contribuição nesse momento de institucionalização dos saberes geográficos. Ratzel, geógrafo e etnólogo alemão, é fortemente influenciado pelas reverberações científicas de sua época - sobretudo da Biologia - que, por sua vez, surtirão efeito em sua obra.

²³ Ibid, p. 17.

²⁴ Ibid, p. 80. Por se apresentar no instante relacional, a paisagem é uma possibilidade de contato com o mundo.

²⁵ Ibid, p. 106.

²⁶ SERRÃO, 2013, p. 13-14.

²⁷ Sobre o caráter naturalista, é válido retratar que essa característica se fazia presente nas produções diversas de sua época, portanto não deve ser desprestigiada ou comparada segundo recentes discussões epistemológicas.

²⁸ Ibid, p. 19.

De forma geral, Ratzel intentou por superar o caráter excessivamente *descritivista* da Geografia - dentre os predecessores estavam Karl Ritter e Alexander von Humboldt -, portanto buscou avançar em reflexões e explicações acerca do *sentido do espaço*²⁹ (*Raumsinn*) como elemento vital às sociedades. A paisagem, para Ratzel, embora não lhe fosse central, aparece em diversos momentos como uma categoria *ordenável* do ponto de vista “de valorizar os recursos naturais, de se fortalecer a partir do seu próprio enraizamento no território³⁰”, portanto, em sua raiz, a paisagem possui uma forte relação com contingentes *políticos* das organizações humanas no território, e, em diante, com as noções de Estado e nacionalidade presentes em sua produção.

Não obstante, em sua obra, Ratzel comenta sobre a reprodução da paisagem sob prisma estético-artístico, tão esmiuçado pelos antigos autores e artistas. Contudo, ele estabelece que a descrição da paisagem não pode pender ou só à arte ou só à ciência; do contrário, como é objeto tanto de artistas quanto de cientistas, deve corresponder às necessidades dos dois polos. Em *Sobre a interpretação da natureza* (*Über Naturschilderung*), Ratzel afirma que “a ciência não é suficiente para entender a linguagem da natureza. Para muitas pessoas, a poesia e a arte são intérpretes mais compreensíveis da natureza do que a ciência³¹”; a paisagem portanto ser-lhe-ia tida como ente natural ora situado no campo da arte, ora no campo científico.

É certa convenção da historiografia e do discurso acadêmico brasileiro sobre o pensamento geográfico inserir Ratzel como o determinista cuja produção se contrapõe ao possibilismo lablachiano, sobretudo após a denominação assim dada por Lucien Febvre. No entanto, cumpre fazer-lhe justiça e estudá-lo a fundo, antes de qualquer coisa, condenando esse estigma de *determinista* e enxergando sua contribuição à epistemologia da ciência geográfica. Sobre a contribuição de Ratzel ao estudo da paisagem e seu estigma de determinista:

²⁹ ARCASSA, Wesley de Souza (2017). *Friedrich Ratzel: a importância de um clássico*. Geographia Opportuno Tempore, Londrina, Vol. 3, Nº1, p. 108

³⁰ Ibid, p. 112.

³¹ RATZEL, Friedrich (1904). *Sobre a interpretação da natureza (Über Naturschilderung)*. Niterói: UFF, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2010, p. 157.

“Friedrich Ratzel, diferentemente de Humboldt, utilizou o conceito da paisagem em uma forma antropogênica, demonstrando que ela é o resultado do distanciamento do espírito humano do seu meio natural. Desta forma, descreve uma dialética entre os elementos fixos da paisagem natural, como o solo, os rios, etc., com os elementos móveis, em geral humanos. Na sua abordagem, este distanciamento é importante porque inicia um processo de libertação cultural do meio natural, pela transferência de artefatos entre os povos, ou seja, pela migração destes, contrariando bastante a visão comumente propagada que Ratzel pode ser apontado como geo-determinista³²”.

E, se, portanto, mencionamos dois alemães de primordial importância à sistematização da Geografia - Humboldt e Ratzel -, não menos importante é o francês Paul Vidal de La Blache - expoente do positivismo geográfico ao lado de Ratzel³³ -, em cuja obra a categoria paisagem é recorrentemente discutida.

La Blache (1845-1918) foi contemporâneo de Ratzel, por quem foi influenciado em vida. Historiador e geógrafo de formação, La Blache ao longo de sua produção acadêmica buscou “contrapor o trabalho de campo e a descrição ao estabelecimento de leis geográficas e de um pretenso discurso universal³⁴”, criticando algumas tendências de sua época, sobretudo da Escola Alemã de Geografia, em que buscavam leis explicativas aos fenômenos geográficos. Em oposição, La Blache se preocupava com *fenômenos particulares*, “partindo da observação e descrição de uma região que se manifestava evidente na paisagem³⁵”. Ora, cabe explicar: a paisagem seria a *possibilidade primeira* de compreensão da *região*, ponto nodal para o autor francês. Uma análise e descrição minuciosas do meio físico e das formas históricas de ocupação humana *in loco*, evidenciadas na paisagem, levariam ao entendimento da região.

³² SCHIER, Raul Alfredo (2003). *Trajetórias do conceito de paisagem na Geografia*. Curitiba: Revista Ra'e Ga, p. 82.

³³ Ibid, 2003, p. 83. “Vale lembrar, entretanto, que se trata do positivismo dinâmico de Auguste Comte, em que existe uma relação dialética entre “Ordem e progresso”, estado e processo. O que movimenta este processo, é o espírito do homem (Ratzel) e a capacidade de inovação (La Blache)”. (ibid, 2003, p. 83).

³⁴ QUEIROZ, Guilherme de Oliveira (2014). *Sobre Paul Vidal de La Blache, paisagem, descrição e a geografia imagética*. Vitória: Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, p. 3.

³⁵ VITTE, Antonio Carlos; FABRÍCIO, Deyse Cristina Brito. *Paul Vidal de La Blache e a Geografia Francesa: do contexto histórico às monografias urbanas*. História, Arte e Cidades, n. 6, jan./jun. p. 323.

“Apesar de La Blache ter focado seu estudo nas paisagens rurais, mais simples de se encontrar certa homogeneidade, seus discípulos abordaram vários temas urbanos por meio das monografias regionais. [...] A geografia francesa, sob a perspectiva da análise regional, influenciou também a geografia brasileira, com estudos dedicados às sínteses urbanas, chamadas também de monografias urbanas³⁶”.

Os tão discutidos “gêneros de vida” e “possibilismo” nos cursos universitários de Geografia Brasil afora, não raramente, se sobrepõem e fazem com que se deixe passar, quase despercebida, a importância da paisagem para o método e pesquisa de La Blache.

Cada paisagem, segundo este autor, contaria *uma* história, sobre *um* agrupamento *num* dado *continuum* espacial. Quer dizer que a paisagem não é passível de generalizações ou visões estanques em um tipo de enquadramento universal. Ela não poderia conter (nem contar) aquilo que não fosse expresso em sua totalidade de elementos materiais - constituição física, do(s) *sítio(s)* - e imateriais - culturais, da *situação*³⁷ dos povos. É na singularidade da paisagem, aliás, que se expressariam os gêneros de vida.

Esse momento primeiro da Geografia, já vestindo a malha científica e dos métodos e paradigmas moderno-ocidentais, é marcado por produções e autores muito distintos entre si. A Escola Alemã, grosseiramente, se abriu mais ao diálogo com outras áreas do conhecimento, sobretudo às ciências biológicas e naturais, sob invólucro do positivismo comteano e baseado na observação dos fenômenos. Tal balizamento pôde ser encontrado na obra de Alexander von Humboldt, Carl Ritter, Friedrich Ratzel, entre outros nomes. A Escola Francesa, cujo precursor fora Paul Vidal de La Blache, intentou por romper com as tentativas de generalizações dos fenômenos, pondo a paisagem como vestíbulo à região e mirando nas contingências e *possibilidades* presentes na relação homem-meio.

Com o decorrer do século XX - entende-se eufemisticamente como o avanço e desenvolvimento dos Estados-Nação, já consolidados, e do sistema capitalista de produção -, novas prerrogativas são inseridas no espaço geográfico, demandando outros esforços teórico-metodológicos desta ciência já em ebulição mundo afora.

³⁶ Ibid, p. 327.

³⁷ *Sítio* e *situação*, aqui, mais como um jogo de palavras do que menção, propriamente dita, aos conceitos em Pierre George (embora não tão distantes assim).

Rompendo parcialmente com essa geografia tradicional e apoiando-se na ideia de sistemas e na busca de teorias e leis rigorosamente científicas - como também o fora com as ciências da época, sobretudo a Física Moderna -, toma forma uma nova proposta de se pensar e fazer geografia; no que concerne este trabalho, enfatizaremos mostrar como esta corrente que se segue - da Geografia Quantitativa, ou da *New Geography* - abordou a paisagem em sua episteme, sobretudo na geografia física.

Capítulo 2.

ENTRE O PRAGMÁTICO E O SUBJETIVO: A PAISAGEM SOB A *NEW GEOGRAPHY* E A GEOGRAFIA CULTURAL

Antes de permear narrativas científicas, a paisagem se constitui como um fundamento geográfico do homem, ou seja, um fundamento espacial da existência humana no tempo. A noção antecede o conceito em qualquer cultura, sempre mais ou menos parecida entre uma civilização e outra. Em última instância, o ponto é que há sempre incertezas no discurso popular sobre *aquilo* que é a paisagem, efetivamente: uns associam ou confundem-na com outras categorias - muito comum chamarem-na de “pedaço de natureza”, ou “porção do ambiente natural” -, sempre fazendo menção a um recorte ou parcela mais ou menos diminuta de um espaço “verde”, abundante em biodiversidade e esteticamente agradável; outros (menos) recorrem a explicações mais filosóficas, abstratas, pouco preocupados em tecer linhas pragmáticas sobre o que é a paisagem, de fato. Há, portanto, uma confusão na esfera ontológica, ou, em outras palavras, sobre o que a paisagem é ou não é.

Ora, mesmo no campo da ciência geográfica - da qual não podemos perder de vista neste trabalho - existem autores que transitam entre explicações mais práticas e outros que aportam à filosofia e ao diálogo com as humanidades aos seus exercícios de se pensar a paisagem no campo do conhecimento. Isso posto, tentaremos trazer as discussões sobre a paisagem referenciadas segundo as contribuições de duas escolas distintas: desde a *new geography*, ou a *Geografia Teorética* - fortemente influenciada pelas *hard sciences* e pela linguagem lógico-matemática e suas derivações -, até a Geografia Cultural como contrapeso, ou seja, partindo da Geografia mas mirando nos diálogos estabelecidos com as ciências humanas, *lato senso*.

2.1 Um conceito especialmente pragmático: paisagem e meio natural

O século XX é marcado por agitações político-econômicas e episódios bélicos responsáveis por preconizar novas formas de se pensar e agir sobre o território. Como decorrência do fim da Segunda Guerra Mundial, incide sobre a

Geografia científica abordagens mais pragmáticas, franqueadas sob a Teoria dos Sistemas e com a substituição do positivismo clássico pelo positivismo lógico, pautado no método indutivo e na verificabilidade de hipóteses e teorias. Frente a tal reconfiguração teórico-metodológica, o conceito de paisagem passará “a ser apreendido como um sistema natural, ou um Geossistema³⁸”, segundo podemos pensar a partir de “três escolas de análise sistêmica da paisagem: as vertentes Russo-Soviética; Francesa; e Alemã³⁹”.

Um dos principais motivos pelos quais a União Soviética empreendeu em abordagens mais sistemáticas tem que ver com sua vastidão territorial pouco povoada e pouco (por vezes nada) conhecida tecnicamente pelas repartições estatais. Um conhecimento parco ou parcelar da unidade territorial seria equivalente a um Estado fraco e sem altivez diante das hegemonias geopolíticas da época⁴⁰. Inobstante, Dantas nota outro motivo fundamental pelo qual os soviéticos deram atenção aos estudos fisiográficos: houve uma preocupação em evitar que desastres ambientais, reincidentes no continente asiático, assolassem seus territórios:

“Todavia, desastres ambientais decorrentes de planejamentos ambientais equivocados foram produzidos, em especial, os projetos de irrigação na Ásia Central, mais especificamente nas bacias endorreicas dos rios Amur-Daria e Sir-Daria, que promoveram o desaparecimento de grande parte do espelho d’água do Mar Aral⁴¹”.

Aos soviéticos, a paisagem seria interpretada ou como sistema territorial natural⁴², ou como geossistema. A primeira abordagem prima pela *dimensão espacial* e sua *complexidade física*, segundo a qual Vasily Dokuchaev, pai da

³⁸ DANTAS, Marcelo Eduardo et al (2015). *Geodiversidade e análise da paisagem: uma abordagem teórico-metodológica*. Rio de Janeiro: Terræ Didática, p. 6.

³⁹ Ibid, p. 6.

⁴⁰ É mister atribuir tais condições ao então instaurado cenário da Guerra Fria, em que o conhecimento científico tanto era útil aos interesses nacionais quanto reiteravam, a esses últimos, seus papéis geopolíticos na configuração mundial da época.

⁴¹ Ibid, p. 6.

⁴² BLANC-PAMARD; RAISON, p. 148.

pedologia, se utilizou em sua produção, onde “retomou o termo alemão *landschaft*, preferindo-o ao vocábulo francês *paysage*, mais descritivo e subjetivo⁴³”.

Victor Sotchava, por sua vez, foi o precursor da ideia de geossistema em solo russo. A respeito de sua obra, *Teoria dos Geossistemas* (1960):

“[...] Consistiu numa análise estrutural, hierarquizada e sistêmica da paisagem por meio da superposição e interação das diversas ‘layers’ que compõem o sistema **geobiofísico**. Tendo em vista que a área de estudo de Sotchava consistia nas imensas planícies siberianas, a análise geossistêmica russa ressaltava um zoneamento biogeográfico⁴⁴”.

Quanto aos geossistemas, percebeu-se uma grande dificuldade neste método por enfatizar a *natureza global* da paisagem, em que não bastavam os aportes à ciência geográfica, mas àquelas áreas do conhecimento chamadas de *hard sciences*, como a física, química, biologia, bioquímica, a linguagem matemática etc.; e, anos depois, à computação e às técnicas virtuais e remotas de mensuração e mapeamento. Há de se destacar, ainda, o caráter descritivista e fisionômico da paisagem e do território, assaz distanciados da interferência humana ao longo do tempo. De qualquer forma, esta abordagem é pioneira, entre outras coisas, nos estudos geomorfológicos, pedológicos e biogeográficos, em que a paisagem, no limite, seria objeto de análise, estratégia e ordenamento, antes de tudo, segundo fins estatais.

Por parte dos franceses, Georges Bertrand e Jean Tricart talvez sejam os nomes de maior importância nesse momento de renovação na Geografia. Bertrand (1972) também se utiliza da ideia de geossistemas, primeiramente cunhada por Sotchava, incorporando exatamente a “dimensão da ação antrópica, sendo assim uma categoria espacial de componentes relativamente homogêneos, cuja dinâmica resulta da interação entre o potencial ecológico, a exploração biológica e a ação antrópica⁴⁵”. Para Bertrand, muito grosseiramente, os geossistemas se apresentariam como modelos sistêmicos de paisagens, calcados segundo um tripé: elementos físicos/abióticos; elementos bióticos; e elementos antrópicos. Por

⁴³ Ibid, p. 149.

⁴⁴ DANTAS et al, p. 6.

⁴⁵ ROSOLÉM, Nathália Prado; ARCHELA, Rosely Sampaio (2010). *Geossistema, território e paisagem como método de análise geográfica*. Coimbra: II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física, p. 3.

consequente, “a paisagem deve ser compreendida como interação dinâmica e instável entre esses três elementos do tripé, estando em contínua evolução⁴⁶”.

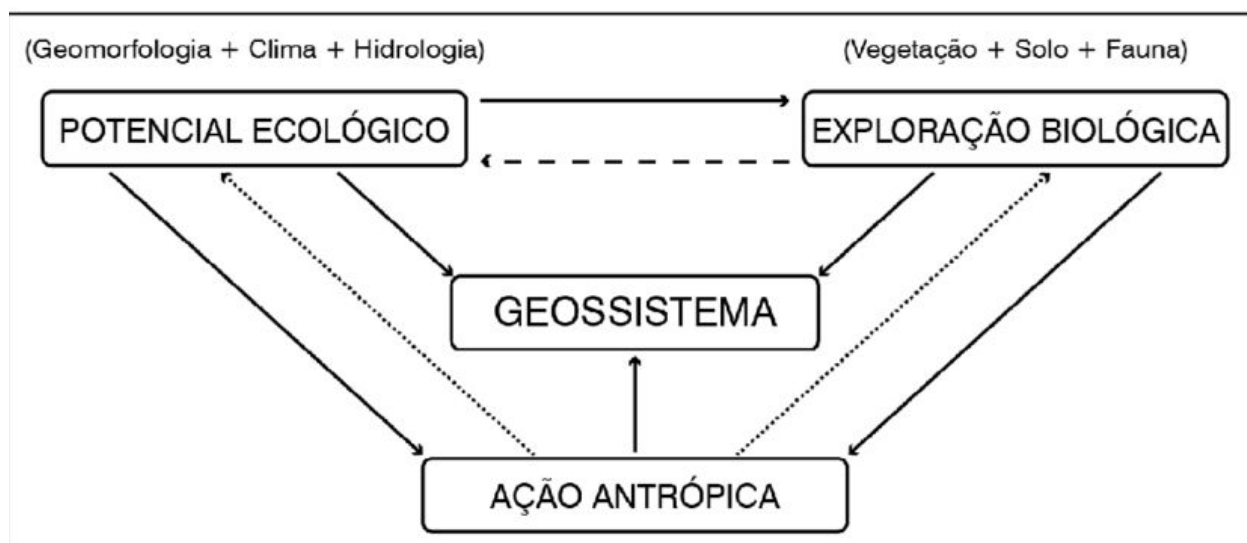


Imagem 1⁴⁷: Abordagem geossistêmica, proposta por Bertrand (1972), segundo a qual a ação antrópica seria fundamental à compreensão da paisagem.

Há, entre as três variáveis, um movimento dialético, de constante troca e entendidos segundo diferentes escalas de análise. Assim, fora possível uma *tipologia* da paisagem, hierarquizando-a em geótopos, geofácies, geossistema, região natural, campo geográfico e zona, cada qual representando determinados *potenciais ecológicos*.

Sobre a contribuição de Jean Tricart (1977), Dantas afirma que:

“[...] Com os *Estudos de Ecodinâmica e Ecogeografia* [...] enfatizava uma análise da estrutura da paisagem em sua morfodinâmica sem preocupação em delimitar unidades territoriais singulares. Assim, numa abordagem claramente geomorfológica, Jean Tricart classificava distintas paisagens conforme sua fragilidade ambiental enfatizando sua vulnerabilidade aos processos erosivo-deposicionais e destacando áreas onde predominam a morfogênese ou áreas onde predomina a pedogênese”.

Ainda que a escola francesa tenha resgatado a importância da atividade humana sobre o espaço geográfico, superando o descritivismo soviético, é tácita uma abordagem *utilitarista* sobre a paisagem: as propostas de tipologia e hierarquização da paisagem segundo determinados *potenciais*, para o Estado ou

⁴⁶ DANTAS et al, p. 6.

⁴⁷ ROSOLEM; ARCHELA, 2010, p. 6.

não, explicita ainda um caráter fisionômico em que fosse necessário delinear as *partes* da paisagem, a partir de diferentes escalas, para se pensar e agir sobre o espaço segundo finalidades específicas.

Em território alemão perdura certa tradição naturalista legada por Humboldt, cujas ideias centrais eram as de ambiente e paisagem natural (*naturlandschaft*), as quais, neste momento, se associarão à ecologia e à noção de ecossistema.

“Deste modo, desenvolve-se uma proposta de análise sistêmica da paisagem e das atividades humanas por meio de uma dinâmica de fluxos e redes de matéria e energia. Esta vertente, inaugurada por Karl Troll desde 1939 foi denominada de Geoecologia [...]. Neste contexto, a paisagem natural era entendida como um produto de integrado das variáveis ambientais (geologia; geomorfologia; pedologia; climatologia; biogeografia) e a resultante espacial e mapeável dessa análise integrada seria o Ecótono ou a Unidade de Paisagem (*Land Unit*)⁴⁸”.

A obra de Carl Troll - um dos precursores dessa renovação teórica na Alemanha - é muitas vezes utilizada por biólogos e ecólogos, precisamente por seu caráter interdisciplinar. Troll cunhou o termo *ecologia da paisagem* (*Landschaftsökologie*) como “estudo das inter-relações dos elementos físicos da paisagem como meio de vida⁴⁹”, analisando-as de forma orgânica e integrada.

Troll abre seu texto “*A paisagem geográfica e sua investigação*” da seguinte forma: “A tendência é cada vez maior em se considerar a paisagem como uma ‘unidade orgânica’ e estudá-la no ‘ritmo temporal e espacial de seus numerosos e diversos fatores⁵⁰’”. Os *numerosos e diversos fatores* de uma paisagem, para o autor, são desde seus elementos bióticos e abióticos quanto a relação deles entre si e com o ser humano, fazendo com que cada paisagem seja única e resultante, portanto, dessa específica combinação de elementos no tempo.

Carl Troll, já em sua época, era um entusiasta das fotografias aéreas (ainda que fossem precárias ou pouco usuais), sobretudo porque ofereciam uma nova

⁴⁸ Ibid, p. 7.

⁴⁹ SIQUEIRA, Mariana Nascimento et al (2013). *Geografia e Ecologia da Paisagem: pontos para discussão*. Uberlândia: Soc. & Nat., p. 559

⁵⁰ TROLL, Carl (1950). *A paisagem geográfica e sua investigação*. Rio de Janeiro: Espaço e Cultura, 1997, p. 1.

perspectiva do espaço terrestre: permitiam alcançar o que era inalcançável pelo olhar humano.

À guisa de simplificação, esse momento inédito no curso da ciência geográfica está alinhado aos métodos e tendências presentes nas *hard sciences*, sob norte do positivismo lógico. A linguagem matemática, a quantificação e a Teoria dos Sistemas se fizeram presentes (mesmo que indiretamente ou em menor grau) em boa parte da produção geográfica, mundo afora, dessa época. Outrossim, o advento dos computadores, internet e redes, satélites, instrumentos técnicos e tecnologias da informação, como um todo, resultaram por, de certa forma, distanciar o olhar humano sobre a paisagem, constituindo formas mais remotas - também mais amplas, decerto - de se observar o espaço geográfico. Novos fenômenos só puderam ser observados e/ou pensados a partir dessa renovação; evidentemente que muito se agrega ao escopo epistemológico, todavia, essa nova abordagem traz consigo problemas diversos. Segundo vimos, a paisagem, em momentos, ainda é uma fisionomia fadada à descrição exaustiva daquilo que a compõe; não raramente é equacionada, sendo o resultado do somatório das partes, *multiplicado* por algumas variáveis, *subtraindo* outras. Ou ainda, é reduzida ou generalizada a um conjunto hierarquizável de variáveis e sub-variáveis que comportam consigo senão certo valor utilitário (como, e.g., uma tipologia da paisagem que a classifica segundo capacidades ecológicas). Algumas análises, exaustivamente minuciosas, caracterizam e classificam diversos elementos bióticos e abióticos que ilustram a complexidade de determinada paisagem, no entanto, deixando para segundo plano (ou, no pior dos casos, nem sequer dando a devida importância) à influência humana ao longo do tempo, como agente ativo e inexorável à constituição desses espaços.

Yanci L. Maria se debruça sobre a questão de a paisagem ser ou não mensurável:

“A paisagem possui uma dimensão não mensurável e, equivocadamente, é por vezes compreendida como um sentido atribuído ao ambiente, este sim mensurável e quantificável. Essa confusão entre paisagem e ambiente

advém do mundo factual do ambiente que apropria valores que são humanos e culturais e que impregnam o mundo sensível da paisagem⁵¹”.

Nesse momento, a paisagem fica em segundo plano no que concerne a produção teórica sobre o urbano e as cidades grandes, fenômenos - sobretudo o primeiro - em ebulição no mundo. Na verdade, faça-se justiça, isso não acontece apenas na *New Geography* ou chamemos de Geografia Sistemática; sua corrente antípoda, a Geografia Crítica, tampouco se ocupa com pensar a paisagem, deixando-a às raras discussões e revisões epistemológicas e focando em categorias outras. A retomada, efetivamente, das reflexões e análises sobre a paisagem no fenômeno urbano se darão sob pleito da Geografia Cultural ou Humanista, também dialogando com outras áreas do conhecimento, sobretudo com as Ciências Humanas, de forma geral.

2.2 Na Geografia Cultural: a inserção do fenômeno urbano e o homem em primeiro plano

A década de 1930 é marcante no percurso da geografia científica. Nos Estados Unidos essa década foi ilustrada por debates complexos e produções teóricas das mais frutíferas, especialmente, generalizemos, nas chamadas *geografia regional* - cujo expoente foi Richard Hartshorne - e, pouco adiante, na recém-discutida *new geography*. Em meio às reverberações dos contributos dos geógrafos anteriores, sobretudo europeus - já mencionados em páginas prévias -, a geografia norte-americana voltava o olhar à questão *regional e política*, à lume de importantes discussões epistemológicas⁵². Um dos contemporâneos a Hartshorne - embora tenham feito diferentes trajetos teóricos -, Carl Sauer, fundador da escola de Berkeley, é tido como o pai da geografia cultural e é um dos mais importantes autores da época a retomar e aprofundar o pensamento sobre a paisagem.

⁵¹ MARIA, 2011, p. 79. Adiante, a autora estabelece uma relação desse equívoco - da *mensuração* da paisagem - a outro, a saber, que é reduzir paisagem à natureza ou ambiente, categorias que salvaguardam semelhanças mas também particularidades.

⁵² À época, era recorrente a discussão epistemológica sobre a ciência geográfica ser idiográfica ou nomotética, isto é, sobre ela ser a ciência dos fatos particulares, singulares e unitários; ou sobre ela se voltar à busca e dedução de leis gerais, à luz do neokantismo. Em momentos, a discussão subsumia-se ao embate ciências da cultura *versus* ciências da natureza.

Um dos pontos notáveis do pensamento de Sauer é que a paisagem não poderia se desvencilhar de seus atributos naturais, físicos e morfológicos. Essa característica é, em verdade, herdada do pensamento dos geógrafos clássicos; no entanto, o que faz Sauer é propor algo mais: uma transição “da paisagem natural à paisagem cultural⁵³” ou, em outras palavras, a paisagem cultural seria “a paisagem natural valorizada pelas atividades humanas e suas consequências⁵⁴”. Se em seu entendimento o *homem* é o último agente transformador do que há na superfície terrestre⁵⁵ - daí ampliamos à paisagem - então faz-se necessário um direcionamento às qualidades e contingências dessas transformações (aqui entendidas sob o foco cultural).

“A geografia cultural se interessa, portanto, pelas obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem uma expressão característica. A área cultural constitui assim um conjunto de formas interdependentes e se diferencia funcionalmente de outras áreas⁵⁶”.

A paisagem surge como categoria matriz na relação homem-meio, isso porque ela se revela como uma *expressão da ocupação humana*, em que pese explicar a transformação de paisagem natural por paisagem cultural - segundo Sauer, ideia insistida pelos alemães -, cujo grau de modificação, ao longo do tempo, é também uma *expressão cultural das ocupações humanas* em questão. O grau de modificação da paisagem, interpreta Sauer sobre Vallaux⁵⁷, é condição *sine qua non* ao entendimento do poder, *lato sensu*, das instituições humanas. Que percebemos até aqui com Sauer é que a paisagem, diferentemente das abordagens sistemáticas da *new geography*, é inserida às discussões em torno do fenômeno urbano, ou seja, não mais é discutida exaustivamente à luz de categorias tributárias aos fenômenos da natureza.

Somente o geógrafo estaria apto a fazer uma leitura da paisagem - categoria central - e da sociedade, aponta Sauer:

⁵³ SAUER, Carl (1962). *Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Espaço e Cultura, 1997, p. 4.

⁵⁴ BLANC-PAMARD; RAISON, p. 143.

⁵⁵ Segundo sua reflexão, “o homem deve ser considerado diretamente como um agente geomorfológico” (ibid, p. 4).

⁵⁶ Ibid, p. 4.

⁵⁷ Ibid, p. 4.

“A área cultural do geógrafo consiste unicamente nas expressões do aproveitamento humano da Terra, o conjunto cultural que registra a medida integral do uso humano da superfície [...]. O geógrafo mapeia a distribuição destas marcas, agrupa-as [...] descreve-as desde a origem e sintetiza-as em sistemas comparativos de áreas culturais⁵⁸”.

Sauer deixou caminho fértil à interdisciplinaridade da paisagem e da geografia cultural, especialmente com as ciências humanas. As obras de seus discípulos ou dos autores posteriores frequentemente dialogam com outras áreas do conhecimento. Inobstante, sua contribuição permitiu que novas perspectivas e variáveis fossem abrangidas pela análise geográfica, como a percepção e a ideia de *espaço vivido*, pouco utilizadas até então.

Como ferrenho opositor do determinismo geográfico e do positivismo clássico, Sauer também pensava que o trabalho de campo era fundamental à desmistificação de *a priori*s e de concepções infundadas na realidade.

Os autores que o sucedem nesta escola da Geografia, em linhas gerais, buscarão um aprofundamento nas questões sensoriais e experienciais do sujeito com o espaço, sob forte influência da fenomenologia, preservando algumas ideias centrais em Sauer, sobretudo a de paisagem cultural.

Outro autor posterior de suma importância a esta vertente da ciência geográfica é o francês Paul Claval, em cuja vasta obra é notável o aprofundamento sobre a questão cultural. Em um texto⁵⁹, Claval divide a geografia cultural em dois momentos específicos: até a década de 1970, i.e., período no qual esta escola em efervescência se filia a *new geography*, partilhando dos métodos e análises já correntes nas produções anteriores, sobretudo da geografia física, se estendendo às dimensões política, econômica e social; e da década de 1970 em diante, com uma guinada epistemológica nas ciências sociais - sobretudo na Antropologia, cujo marco é o entendimento de cultura a partir de uma dimensão simbólica - e na

⁵⁸ Ibid, p. 5.

⁵⁹ CLAVAL, Paul (2011). *Geografia Cultural: um balanço*. Londrina: Geografia (Londrina), v. 20, n. 3, p. 5-24.

ciência geográfica, com a relativa superação da *new geography* e a eclosão de novas correntes de pensamento.

Traçado esse panorama, nas palavras de Claval: "o segundo grupo dos geógrafos responsáveis do novo interesse pela cultura na geografia teve motivações completamente diversas do primeiro grupo: eles não gostavam da nova geografia, porque ela dava uma visão mecânica do comportamento dos homens⁶⁰". No limite, Claval entende que não era possível pensar a cultura - *lato sensu* como obra humana -, sob os moldes rígidos da *nova geografia*, essencialmente sistemática e metodologicamente rigorosa. Inclusive, é com essa superação que surgiria a geografia humanista, exatamente com o aprofundamento "da dimensão cultural das distribuições geográficas", de grande importância "porque ela enfatizou o papel da iniciativa humana, geralmente esquecido pela nova geografia⁶¹".

Sob o prisma dessa *nova geografia cultural*, ou geografia humanista, a paisagem estaria no cerne da *experiência espacial*, muito orientada pela fenomenologia. Nesse momento a paisagem assume, ao longo do tempo, formas e dimensões simbólicas⁶², conquanto é a categoria espacial passível de ser experienciada, sensorialmente percebida e capaz de acolher aquilo que é "transmitido, apreendido ou inventado pelos homens⁶³", isto é, a cultura.

"A paisagem traz a marca da atividade produtiva dos homens e de seus esforços para habitar o mundo, adaptando-o às suas necessidades. Ela é marcada pelas técnicas materiais que a sociedade domina e moldada para responder às convicções religiosas, às paixões ideológicas ou aos gostos estéticos dos grupos [...], chave para compreender as culturas⁶⁴".

Para o também francês Augustin Berque, paisagem e cultura ser-lhe-iam categorias em comunhão. Berque parte do pressuposto de que a cultura toma forma no espaço a partir de uma relação *trajetiva*: 1) pulsões subjetivas e assimiladoras (humanas) *versus* 2) intimações espaciais objetivas, cuja categoria espacial,

⁶⁰ Ibid, p. 9.

⁶¹ Ibid, p. 10.

⁶² Anne Cauquelin explica o porquê de a paisagem ser substancialmente simbólica: segundo a autora, em suma, porque ela "liga, num mesmo dispositivo, todas as atividades humanas, a fala, as sensibilidades, os atos" (2000, p. 38). Por ser simbólica, portanto, ela transitaria universalmente tanto no campo das artes quanto no campo científico ou, antes, nos discursos produzidos pelas sociedades.

⁶³ Ibid, p. 12.

⁶⁴ CLAVAL *apud* MARIA, p. 52-53.

portanto, seria a paisagem. “Em suma, a paisagem concerne ao visível *mas também* ao invisível. Ao material *mas também* ao espiritual. É essa ambivalência que lhe é essencial, e que constitui a realidade da paisagem⁶⁵”. Segundo Sandra Maria Patrício Ribeiro, “este conceito apoiou-se na ideia de que existe uma gênese recíproca que se estabelece a partir das relações entre o gesto pulsional e o meio material e social, e vice versa⁶⁶”.

A paisagem seria uma categoria trajetiva, segundo Berque, porque ela transita entre o sensível e o suprassensível, entre física e metafísica (como veremos no próximo capítulo), ou dirá o autor noutro artigo⁶⁷, entre *topos aristotélico* e sobretudo o *chôra platônico*⁶⁸.

No livro *O Pensamento Paisageiro*, Augustin Berque lança críticas ao momento em que vivem as sociedades de hoje - *Paradigma Ocidental Moderno Clássico* (POMC) - especialmente no que tange uma reflexão, ou mesmo um sentimento de afeto ou proteção, para com a paisagem: se, por um lado, está na gênese da paisagem uma mirada *desinteressada* ao entorno⁶⁹ - ora objeto de conhecimento, ora objeto de contemplação -, hoje a paisagem se mostra incompatível na rigidez urbana.

“[...] A incompatibilidade entre paisagem e POMC [...]: em princípio, o POMC não reconhece mais que um universo objetual (um objeto que existe em si mesmo, sem ligação com nossa própria existência), geométrico, mecânico, puramente quantitativo e, portanto, totalmente neutro; Em suma, o oposto perfeito de uma paisagem. [...] Pelo contrário, a paisagem dá aos nossos sentidos um espaço que é sempre singular, centrado, heterogêneo, orientado, limitado por um horizonte - que só pode ser relativo [...]”⁷⁰.

⁶⁵ “En suma, el paisaje concierne a lo visible *pero también* a lo invisible. A lo material *pero también* a lo espiritual. Es esta ambivalencia lo que es esencial, y lo que hace la realidad del paisaje” (BERQUE, 2008, p. 85).

⁶⁶ RIBEIRO, Sandra Maria Patrício. “Preâmbulo”. In: ARAÚJO, Alberto Filipe; RIBEIRO, Sandra Maria Patrício (2015). *Paisagem, imaginário e narratividade: olhares transdisciplinares e novas interrogações da psicologia social*. São Paulo: Zagodoni, 2015, p. 12.

⁶⁷ BERQUE, Augustin (1999). *Geogramas, por uma ontologia dos fatos geográficos*. Rio de Janeiro: Geograficidade, v. 2, n. 1, 2012.

⁶⁸ O autor, contudo, preocupa-se num primeiro momento em distinguir o *topos aristotélico* do *chôra platônico* para, em seguida, apresentar o *chôra* nos/dos *fatos geográficos* em contraposição à sobreutilização do *topos*, tão amplamente analisados segundo o dualismo cartesiano e o rigor matemático, mesmo na ciência geográfica.

⁶⁹ BERQUE, 2009, p. 41.

⁷⁰ “[...] La incompatibilidad entre paisaje y POMC [...]: su principio, el POMC no reconoce más que un universo objetual (un objeto que existe en sí mismo, sin vínculo con nuestra propia existencia), geométrico, mecánico, puramente cuantitativo y, por tanto, totalmente neutro; en resumen, el perfecto contrario de un paisaje. [...] Por el contrario, el paisaje entrega a nuestros sentidos un espacio

A respeito da discussão sobre paisagem urbana - instaurada pela Geografia Cultural -, contudo, a filósofa Anne Cauquelin entende que essa ideia, ensimesmada, é um contrassenso: a paisagem não pode ser recalçada de seu caráter natural, tampouco pode transitar como mercadoria, ou, dirá a autora, como espetáculo. No limite, paisagem urbana

“[parece] contraditar com a noção natural de paisagem, tanto porque nega a relação muito próxima entre paisagem e Natureza, como pelo conteúdo, heteróclito, muitas vezes sórdido, oferecido pela visão de uma cidade erigida em torres disparatadas, trespassada de terrenos vagos, saturada de sujeiras e banhada pela fumaça opaca das essências artificiais... e, não obstante tudo, vemos o espetáculo como paisagem⁷¹”.

Para a filósofa Adriana Serrão, em contrapartida, ainda que exista uma relação causal entre um menor número de paisagens face a um maior número de cidades (e do espraiamento do fenômeno urbano), não lhe é um disparate a ideia de paisagens urbanas. Pelo contrário, o termo paisagem é usado cada vez mais fora do plano natural:

“‘Paisagem’ é um termo que cada vez mais se aplica ao domínio não natural - como são exemplo, as paisagens urbanas, industriais ou lunares -, quer seja utilizada também para descrever o universo interior e ultra-subjectivo das paisagens oníricas e afectivas, que formam os materiais psicológicos da criação poética⁷²”.

Berque busca perscrutar sobre caminhos que levem ao passado genético da paisagem. Segundo este autor, a paisagem é um pensar sobre a paisagem teria, em sua origem, uma *forclusão*⁷³ do trabalho rural, na terra⁷⁴, sob as bases de uma complexificação da divisão social do trabalho e, num mesmo movimento, do

siempre singular, centrado, heterogéneo, orientado, limitado por un horizonte - que sólo puede ser relativo [...]” (Ibid, 2009, p. 93).

⁷¹ CAUQUELIN *apud* MARIA, p. 35.

⁷² SERRÃO, Adriana Veríssimo (2013). *Paisagem: natureza perdida, natureza reencontrada?* Brasília: Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea, p. 15.

⁷³ Forclusão (ou foraclusão) faz parte do vocabulário psicanalítico lacaniano. Aqui queremos preservar seu sentido de se produzir uma ausência, ou de se colocar algo para fora de seu universo relacional, todavia, não anulando sua existência. É um recalcar ou renegar algo existente: “pôr alguém ou qualquer coisa fora (*foris*) e fechar (*claudere*) a porta” (BERQUE *apud* SERRÃO, 2012, p. 169).

⁷⁴ BERQUE, 2008, p. 40.

adensamento das cidades. A esta forclusão, identifica este autor, há um movimento de *mirada e contemplação* da paisagem, por parte de uma classe ociosa; o que está forcluído é o empenho e ensejo por transformá-la com as mãos, dominá-la por meio dos artífices, em detrimento de uma *vontade*, uma *disposição* objetivada em apreciar com zêlo este espaço. Conforme notara Berque, ao pensar a gênese da paisagem, é necessário, de um lado, uma classe trabalhadora e do outro uma classe ociosa⁷⁵: a classe trabalhadora transforma a paisagem com o labor, ao passo que a classe ociosa pensa e imprime representações da/na paisagem e da natureza ao contemplá-las.

“Na origem remota desta recusa estaria um processo de auto-subtracção e de esquecimento, que Berque, tomando um termo jurídico e um conceito da psicanálise lacaniana, designa de *forclusão* do trabalho camponês. As classes ricas isentam-se do trabalho directo exercido sobre o meio e cortam o vínculo medial. O espaço rural é então como que circunscrito, murado, e depois banido e esquecido, restando dele unicamente a sua configuração enquanto paisagem: um fenómeno puramente estético e artístico⁷⁶ [...]”.

“O trabalho medial é o que se leva a cabo no nosso corpo medial, a saber, o meio (*milieu*) eco-tecno-simbólico necessário para a existência da pessoa individual. É a *chôra* indispensável ao *topos* do nosso corpo animal. Ora, a ontologia moderna não reconhece este laço: esta forclusão é particularmente marcada no individualismo metodológico⁷⁷”.

Mas, se a paisagem e um *pensar* sobre a paisagem têm como condição a forclusão do trabalho na terra, nas sociedades modernas a paisagem é, ela própria, forcluída também pelo trabalho e pelo constante processo de individualização, os quais nos alienariam (i.e., nos forcluíriam) do carácter medial de nossa existência. Segundo o autor:

“Em primeiro lugar, porque [o trabalho é] cada vez mais mecânico [...], portanto, é fácil ignorá-lo. Depois, porque transforma a natureza [...] muitíssimo mais do que nunca havia feito o trabalho humano directo (o do corpo animal) [...]. Um dos problemas - e aqui é o principal - que representa

⁷⁵ Quanto às classes trabalhadora e ociosa, grosseiramente, Berque utilizaria os termos *uti* e *frui*, respectivamente, para caracterizá-los (ainda que sem recorrer a Santo Agostinho). Talvez seja possível pensá-los a partir das figuras míticas de Prometeu - representação da racionalidade e do progresso - e de seu irmão, Epimeteu - representação do instintivo, do pulsional, do afetivo, do prazeroso.

⁷⁶ SERRÃO, Adriana Veríssimo (2012). Paisagem e cidade: complementaridade e conflito. Brasília: Conferência (Seminários de Pesquisa do Grupo de Pesquisa em Filosofia da Religião da UNB), p. 168.

⁷⁷ BERQUE apud SERRÃO, 2012, p. 168.

a modernidade é a perda desse *sentido profundo da paisagem* que caracterizava as sociedades tradicionais⁷⁸.

Serrão caminha na mesma direção de Augustin Berque, sobretudo ao pensar que a gênese da paisagem é formalmente caracterizada por um urbano em ascensão, ou seja, por relações de trabalho e apropriação do espaço marcadas por serem diametralmente opostas às condições gerais da vida rural, paulatinamente recalçadas:

“Surgiu na Europa [a paisagem], no início da época moderna, em paralelo com o desenvolvimento das cidades e a autonomização das actividades profissionais emergentes do modo de vida citadino, e em contraste com a existência rural e o ritmo das tarefas agrícolas [...] sendo uma invenção da cidade moderna [...]. Quanto mais cidade, tanto menos paisagem”.

“Esta forma de captar o mundo seria já uma resposta ao espírito de divisão que se instalava não só na sociedade e na vida quotidiana [...] uma civilização urbana que se afastava do labor da agricultura, libertando-se da obediência à sucessão do dia e da noite e aos ciclos das estações que pautam a existência no campo⁷⁹ [...]”.

Instaura-se uma contradição: se o surgimento das cidades é um dos fatores genéticos e condicionantes da paisagem, por dizer, hoje, às avessas, é a complexificação e rigidez das relações no interior das cidades, à luz do urbano e da ubiquidade do capital, que está por detrás do gradual desaparecimento das paisagens e de um pensar preocupado com a manutenção de sua existência.

O que restaria à paisagem, hoje, amplamente falando, seriam cuidados especiais para sua preservação segundo determinações políticas e fins turísticos e/ou imobiliários, além de sua mercantilização a partir de uma narrativa mítica-moderna sob o invólucro do urbano difuso, do “natural”, do “verde”, da “qualidade de vida”, do “belo” e do “diferente”, como antípoda contraditório à realidade urbana. Um resgate esquizoforme da Idade de Ouro.

⁷⁸ “En primer lugar, porque, [el trabajo es] cada vez más mecánico [...], por tanto, es fácil ignorarlo. Después, porque transforma la naturaleza [...] muchísimo más de lo que nunca lo había hecho el trabajo humano directo (el del cuerpo animal)” [...]. Uno de los problemas - y aquí es el principal - que plantea la modernidad es la pérdida de ese *sentido profundo del paisaje* que caracterizaba a las sociedades tradicionales” (Ibid, 2008, p. 107).

⁷⁹ SERRÃO, 2012, p. 160-162.

“O divórcio de paisagem e cidade consagrou em termos efectivos um perigoso isolamento da própria cidade com consequências na ordem interpessoal, carente de fundamento e pulverizada pela atomização dos indivíduos. A nostalgia da paisagem natural apresenta agora mais uma face sombria: o sonho da bela casinha secundária no meio do verde no campo ou na floresta, que dissemina o ‘urbano difuso’, esse fenómeno típico das cidades ricas⁸⁰”.

A paisagem seria mais uma no banco dos réus, entre os responsáveis por criar e permitir a produção de desigualdades socioeconômicas no espaço.

Uma das contribuições centrais da Geografia Cultural, segundo vimos, é a preocupação em discutir as categorias do discurso geográfico incluindo o homem e seus agrupamentos como condicionantes *sine qua non* à compreensão dos fenômenos. Não menos importantes são as conexões feitas entre a categoria paisagem e os fenômeno do urbano, das metrópoles, do adensamento das cidades e da complexificação e transformações das relações de trabalho. Essa guinada - que se dá da *New Geography* à Geografia Cultural - é fundamental: se antes a ideia de paisagem fosse estritamente vinculada ao “ambiente natural” e ideias confluentes, neste momento podemos pensá-la a partir de novas formas e relações presentes no espaço.

Há um risco, todavia, se tratando quer de uma abordagem alinhada à linguagem matemática e às *ciências duras*, quer de uma abordagem próxima à fenomenologia e à experiência do sujeito: além de um possível distanciamento da ciência geográfica provocado pelas novidades oferecidas pelas outras ciências, uma produção excessivamente descritivista pode mutilar o objeto, transfigurá-lo, confundi-lo ontologicamente, ora com números e expressões matemáticas, ora com uma poesia ou devaneio do sujeito a partir de sua percepção e experiência sensorial no espaço. No próximo tópico continuaremos a seguir o caminho deixado pela Geografia Cultural, enfatizando um momento mais recente de sua história, tanto de abertura interdisciplinar quanto de usos de novas variáveis e categorias.

⁸⁰ Ibid, p. 169.

2.2.1 A percepção e a experiência subjetiva à luz da ciência geográfica

A pintura e a arte estão diretamente ligadas à gênese das paisagens. A assimilação da paisagem parte de um aceno primeiro, caracterizado pela *percepção*, ou a *perspectiva* humana. Logo, a paisagem se revela a partir do gesto humano apreensor das intimações do espaço objetivo. A arte e a ciência, sob esta ótica, são um porvir desse primeiro contato, e é por este motivo que a paisagem precede as representações artística ou científica: a paisagem é, antes de qualquer coisa, uma expressão espacial, histórica, simbólica e relacional dos agrupamentos humanos. Neste breve tópico trataremos de trazer a percepção e a experiência subjetiva não como atributos do artista que se inclina à apreciação do objeto *per se*, mas como essas categorias têm feito parte do arcabouço epistemológico do geógrafo.

É sobretudo com os teóricos da geografia cultural/humanista que a percepção, cognição espacial e a experiência subjetiva⁸¹ ganham ênfase: Carl Sauer, John Wright, David Lowenthal, Eric Dardel e Yi-Fu Tuan são alguns dos autores fundantes nesse novo momento (os quais, no entanto, serão citados apenas para exemplificação). Não raras são as produções de geógrafos contendo temas e conceitos transversais às ciências humanas, enriquecendo discussões e questionando criticamente a validade de certos paradigmas ou postulados.

Yi-Fu Tuan - geógrafo sino-americano e um dos precursores da geografia humanista -, ao assumir o pressuposto de que somos seres *biopsicossociais*⁸², entende que a “percepção, atitude e valor” (1980, p. 284), como qualidades ou atributos geográficos do ser, são centrais em qualquer relação entre o homem e o lugar⁸³, gerando um sentimento topofílico. Para este autor, os sentidos são os mecanismos primeiros não só de apreensão daquilo que emana do espaço, mas

⁸¹ Entendemos que a percepção e a experiência subjetiva inter/intra pessoal constituem, antes de qualquer coisa, fundamentos consubstanciados no *ethos* humano, ou seja, são faculdades do habitar humano dotadas de extensão psíquica e corporal.

⁸² Yi-Fu Tuan utiliza os termos “[...] um organismo biológico, um ser social e um indivíduo único” (TUAN, 1980, p. 284). Optei por *ser biopsicossocial* não apenas afim de abreviar, sim por abranger as qualidades subentendidas nos termos empregados pelo autor.

⁸³ Embora Yi-Fu Tuan trabalhe com escalas locais para a sustentação de seus argumentos (por isso prefira tanto *lugar* às demais categorias), a paisagem também pode ser entendida sob sua lógica.

também de atribuição de certa qualidade às coisas, positivas ou negativas: não só geram *topofilias*, como *topofobias*⁸⁴.

Segundo este autor, a *topofilia* é o elo afetivo situado entre a pessoa e os lugares; é um sentir-se em casa mesmo em lugares públicos. Nessa acepção, a experiência sensorial e a perspectiva do sujeito miram em conteúdos *comoventes*, por assim dizer, do espaço: elas despertariam não apenas um sentimento afetivo ou primeiramente estético, mas também uma contemplação intelectual, interessada em conhecer e perscrutar os elementos componentes de seu ambiente. Experiência, vivência, percepção e narrativa são partes que ajudam a entender o elo afetivo entre o homem e o lugar. É no *lugar* - categoria-chave para Tuan - em que se situam os elementos físicos e objetivos da ciência geográfica, os quais, antes do tratamento científico, interagem com as pulsões assimiladoras e subjetivas do homem. Percepção, assim, é a ação que estende o sujeito ao mundo; uma linguagem de sinais e símbolos, que, segundo entendemos, também se faz presente na paisagem.

Diante do fato de que o homem é um dos principais agentes transformadores das paisagens - dependendo da escala e tempo aplicados, transformam mais do que fatores endógenos e outros exógenos juntos - os geógrafos físicos discutem, hoje, a questão da percepção, sobretudo pensando em usos sustentáveis e na conservação adequada de certos espaços.

“A sociedade capitalista está em evolução e distanciando-se cada vez mais da ciência da Terra, esquecendo que existe uma complexidade entre os sistemas e que na medida em que o homem interfere em um, acaba alterando o todo, sendo necessária uma leitura holística do meio ambiente, onde o físico e o humano complementam-se sem esquecer a percepção e a cognição do indivíduo⁸⁵”.

⁸⁴ Há paisagens, ora, como também há *paisagens do medo*

⁸⁵ PENNA E SOUZA, Bernardo Sayão et al (2016). *Geomorfologia e Percepção da Paisagem: uma possibilidade de estudos sobre sustentabilidade ambiental*. Artigo. Universidade Federal de Santa Maria, p. 11.

Ou seja, mesmo à geografia física, ainda que os métodos e instrumentos rígidos, tecnológicos e matemáticos sejam fundamentais à pesquisa e análise, o uso dos sentidos é anterior a qualquer etapa; são eles, aliás, que conduzem o pesquisador, instauram-no à dúvida e à formulação de hipóteses e permitem que seja possível o esforço da pesquisa científica. Além disso, a percepção aliada aos métodos apropriados à pesquisa permitem uma visão integradora dos fenômenos: ora, não é possível estudar uma paisagem analisando separadamente os elementos que a compõem e, por conseguinte, somando-os a fim de “compreender” sua totalidade⁸⁶. A paisagem não se faz a partir da soma das partes, mas exatamente da coesão, ou harmonia, e interdependência entre os elementos num *continuum* espaço-temporal.

É mister alertar que tampouco se trata de sobrevalorizar as “novas” competências utilizadas pela geografia humanista, ou por qualquer análise cujo método (ou, pior: a ausência de método) prime pela narrativa *isolada* do sujeito, monologal, romantizada, anistórica etc. Isto condenaria a paisagem e outras categorias espaciais a sofismas e produções pseudocientíficas, negligenciando anos de contribuições sérias e frutíferas. Gaston Bachelard já alertara sobre o risco do conhecimento tributário daquilo que afeiçoa ou agrada o sujeito:

“É preciso que cada um aprenda a escapar da rigidez dos hábitos de espírito formados ao contato das experiências familiares. É preciso que cada um destrua, mais cuidadosamente ainda que sua fobias, suas ‘filias’, suas complacências com as intuições primeiras. [...] Nenhum progresso é possível no conhecimento objetivo sem essa ironia autocrítica⁸⁷”.

Este é um dos riscos, assim interpreto, da descrição ensimesmada, alheia aos fenômenos reais, ou, pior, excessivamente enviesada dessas nova tendências: far-se-á uma meia-geografia, demasiadamente poética e pautada num “método” obscuro baseado exclusivamente na experiência e narrativas do indivíduo.

⁸⁶ Embora a realidade dos fenômenos seja *una*, só conseguimos certo êxito em sua compreensão se fragmentarmos o *todo* em várias partes. No entanto, é fundamental à ciência geográfica uma preocupação em amalgamar as partes para a efetiva compreensão do todo. Do contrário, parafraseando o professor e orientador Elvio Rodrigues Martins, “é como se jogássemos água, patinho de borracha e tudo mais para fora da banheira”.

⁸⁷ BACHELARD, Gaston (1949). *A psicanálise do fogo*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 8.

Manuel Correia de Andrade⁸⁸, ainda que não negue esse movimento de ascensão dos geógrafos da percepção, nota que estes trocam o *social* pelo *individual*: a prática “não é contestatória frente à ordem dominante⁸⁹”, deixando num plano secundário críticas e discussões fundamentais à ciência geográfica.

Restam-nos algumas reflexões, até aqui: até que ponto a percepção e a experiência subjetiva (mesmo outras variáveis) são válidas e passíveis de ajudar o geógrafo a ler e decifrar os fenômenos no espaço geográfico? Até que ponto o geógrafo deve se valer dessas competências, tão novas, digamos, dentro do percurso da ciência geográfica?

⁸⁸ ANDRADE, Manuel Correia de (2008). *Geografia: ciência da sociedade*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.

⁸⁹ Ibid, p. 184.

Capítulo 3.

DEBATES E POSSIBILIDADES ACERCA DO CONCEITO DE PAISAGEM

Se a palavra paisagem permeia diferentes discursos e narrativas - seja em tom científico ou não -, não poderia ser diferente nas mais diversas áreas do conhecimento: não interessa apenas à ciência geográfica, mas a biólogos, ecólogos, geólogos, engenheiros, arquitetos, cientistas sociais, filósofos, psicólogos, etc.; enfim, há um *sem-número* de ciências cujo arcabouço epistemológico se preocupa em explicar *o que é a paisagem, o que nela há e como acessá-la*.

Este é o capítulo último e aquele no qual nos distanciamos, ao menos parcialmente, da epistemologia da ciência geográfica e buscamos dialogar com outras áreas do conhecimento; é um diálogo, uma composição de elucubrações a partir de leituras e o contato com outras disciplinas, sem nenhuma presunção de compôr uma hermenêutica da paisagem, ou esgotar autores seguindo o método específico desta ou daquela área. Apontaremos, enfim, desde algumas discussões referenciadas nas ciências naturais até um pensamento transversal à filosofia e à metafísica num momento duplo: primeiro pré-genético, isto é, antes da existência da paisagem enquanto ideia, mas localizando atributos em comum em outras categorias; depois inserindo a paisagem em um debate contemporâneo que se expande globalmente, à luz da filosofia mas caracterizado pela interdisciplinaridade das discussões.

3.1 Para além da ciência geográfica: a paisagem e as vias interdisciplinares

Várias as sociedades empenharam-se em pensar, falar e manifestar uma certa afeição, primeiramente estética (fosse ela expressa artisticamente ou não), sobre os lugares. Esta primeva forma relacional entre sociedade e espaço - portanto

uma sensibilidade *paisageira*⁹⁰ - é condição *sine qua non* à criação de palavra(s) cujo(s) significado(s) remete(m) ao que entendemos hoje como paisagem.

Num momento de revisão histórica do termo, Anne Cauquelin dirá que “não há, entre os gregos antigos, nem palavra nem coisa semelhante de perto ou de longe, àquilo que chamamos ‘paisagem’ [...]”⁹¹. Portanto, ainda que não tivessem um vocábulo que expressasse algo próximo ao que os chineses chamaram de *shanshui*, os *germanófonos* chamaram *landschaft* (e as terminologias já citadas no primeiro capítulo) e os latinos *paysage* (também com suas variações apresentadas), extensas eram as reflexões sobre natureza⁹², *formas* espaciais e a sensibilidade humana apreensora das coisas que são-no-mundo.

Timeu, pensador grego cuja real existência ainda hoje não é consenso (há fortes indícios a apontar que este era, na verdade, um pseudônimo de Platão⁹³), em seu diálogo com Platão, Sócrates e Hermócrates⁹⁴ discorre sobre o demiurgo (o fabricante de todas as coisas), cosmogênese e Mundo e o *chôra* (ou *khôra*), traduzido rudemente como *lugar*; é exatamente sobre este último que nos debruçaremos ao longo deste tópico, especialmente buscando tangenciá-lo à paisagem. Adiante, um esquema elaborado, muito toscamente, para introduzir ou melhor ilustrar esses três níveis ontológicos presentes no *Timeu* e como eles se relacionam:

⁹⁰ BERQUE, 2009, p. 61.

⁹¹ CAUQUELIN, 2007, p. 44.

⁹² “[...] Se a paisagem responde ‘ausente’, a natureza está lá” (Ibid, p. 45).

⁹³ LOPES, Rodolfo. “Introdução”. In: PLATÃO. *Timeu-Crítias*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2011, p. 21

⁹⁴ Diálogo registrado no livro intitulado *Timeu-Crítias*.

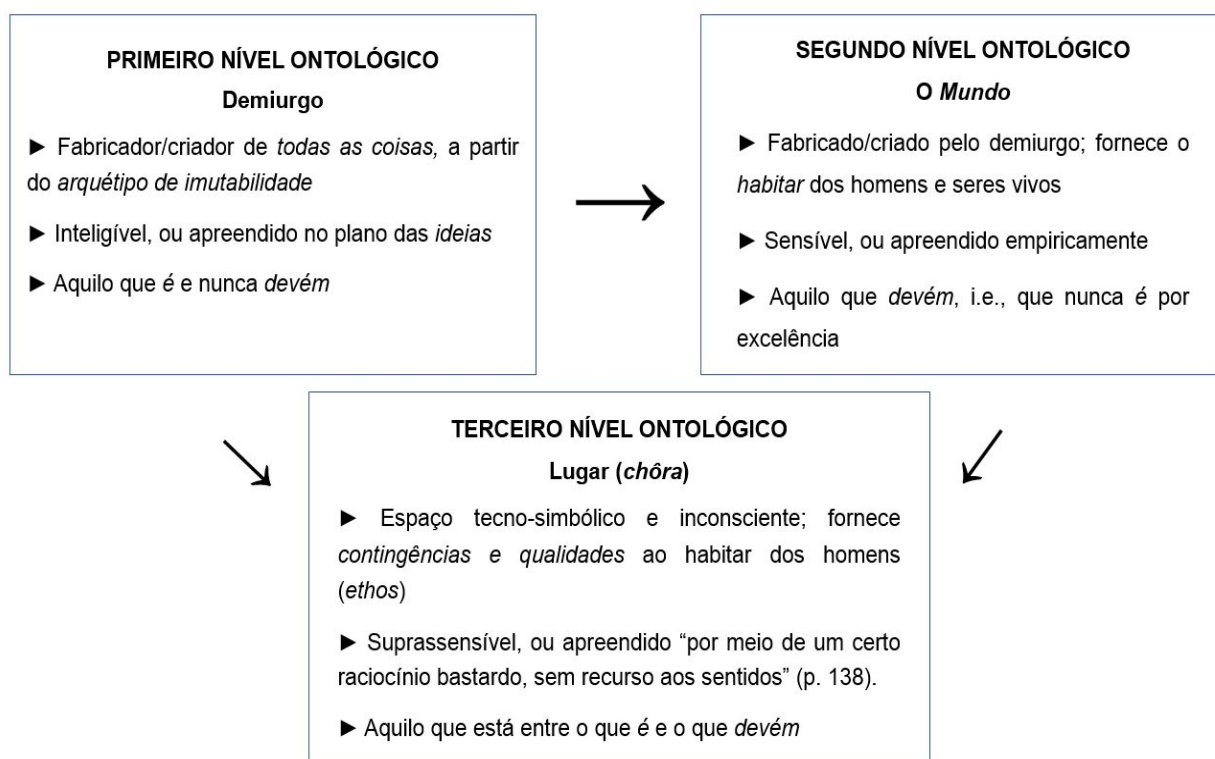


Imagem 2: os três níveis ontológicos e suas características segundo a obra. As setas determinam relação causal entre os entes. Fonte: autoria própria (2018).

Portanto, há na obra o *ser*, o *devir* e um ente constituído a partir da inter-relação entre os dois, acessível somente através de um dito “raciocínio bastardo” (o que, obviamente, não torna as coisas mais claras). Sobre este último, ou o lugar cuja essência está nas idas e vindas entre o que *é* e o que *devém*, ou entre ideia e matéria:

“A esta constituição ontológica híbrida acresce o fato de, em termos espaciais, ser caracterizada de modo ambíguo: é extensão ou espaço como condição de localização (‘providencia uma localização a tudo quanto pertence ao devir’) e ao mesmo tempo o próprio local ocupado por um determinado corpo (‘a natureza que recebe todos os corpos’), isto é, a realização daquela extensão. A impossibilidade de associá-la em definitivo a uma das categorias ontológicas e a uma das acepções espaciais, por partilhar características que se aplicam a ambos os membros da equação, convida-nos a considerar que se possa situar no plano da abstração. Isto é, se não pertence ao inteligível nem ao sensível, bem como não admite por inteiro o local de contato entre os dois níveis, resta considerar esse lugar como uma abstração do espaço de particularização: ‘não é senão o particular pensado eideticamente’”.⁹⁵

⁹⁵ Ibid, p. 44.

Nas palavras do próprio Timeu:

“Há um terceiro gênero que é sempre: o do lugar [*chôra*]; não admite destruição, e providencia uma localização a tudo quanto pertence ao devir; é acessível por meio de um certo raciocínio bastardo, sem recurso aos sentidos [...]. Uma descrição em jeito de síntese: o ser, o lugar e o devir são três coisas distintas, de três maneiras diversas, e anteriores à geração do céu. A ama do devir [...] aparece à visão sob múltiplas feições; mas, por causa de estar plena de propriedades que não são semelhantes nem equilibradas, não estando ela própria nada equilibrada, a balançar irregularmente para todos os lados, é sacudida pelos elementos e, ao ser movimentada, ela própria novamente os sacode. Sendo os elementos assim postos em movimento, separam-se [...], tal como acontece com as sementes, quando são agitadas e peneiradas por meio de joelhas ou de outros instrumentos usados para a depuração dos cereais; as partes densas e pesadas vão para um lado, enquanto que as esparsas e leves são transportadas e assentam noutro local. Assim, os quatro elementos são ao mesmo tempos sacudidos pelo receptáculo [...]”.⁹⁶

“‘Receptáculo’, ‘suporte de impressão’, ‘mãe’, ‘aquilo em que’, ‘localização’ e ‘local’⁹⁷ são palavras empregadas por Timeu para substituir *lugar*, mas sempre sob a malha do *chôra*. É importante destacar que esta concepção - *chôra* - se distancia da concepção de lugar - *topos* - para Aristóteles em que preza-se pelas formas e matéria desse corpo em extensão espacial, i.e., identificável, delimitável e localizável⁹⁸. Anne Cauquelin interpreta que “[...] assim como o lugar (*topos*) é, segundo a definição aristotélica, o invólucro dos corpos que limita, a pretensão ‘paisagem’ (lugarzinho: *topion*) nada é sem os corpos em ação que a ocupam⁹⁹”. A paisagem seria uma amálgama, mediaria o encontro entre o *topos* e o *chôra*, constitutivamente díspares.

Sobre este último, segundo a aceção de Timeu:

“Recebe sempre tudo, e nunca em circunstância alguma assume uma forma que seja semelhante a algo que nela entra; jaz por natureza como um suporte de impressão para todas as coisas, sendo alterada e moldada pelo que lá entra, e, por tal motivo, parece ora uma forma, ora outra; mas sempre o que nela entra e dela sai são sempre imitações do que é sempre [...]. Por enquanto, é necessário que tenhamos em mente que há três gêneros: aquilo

⁹⁶ PLATÃO (2011). *Timeu-Critias*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, p. 138-139.

⁹⁷ Ibid, 2011, p. 43.

⁹⁸ Apenas para ilustrar a relevância etimológica dos termos (sobretudo daquilo que advém do *chôra*, termo menos conhecido e discutido): *corografia* e *corologia*, e.g., são palavras que derivam de *χῶρος* *khōros*; *topografia*, *toponímia* e *topofilia*, por sua vez, derivam de *τόπος*, *topos*. Ambas designam, grosseiramente, *lugar*.

⁹⁹ CAUQUELIN, 2007, p. 49.

que devém, aquilo em que algo devém e aquilo à semelhança do qual se cria o que devém”¹⁰⁰

A concepção de lugar, em Timeu, contém em seu núcleo o embrião da ideia de *trajetividade* em Augustin Berque, trazido aqui especificamente a elucidar a categoria paisagem. Com relação ao *chôra*, Berque compreende que este está fundamentalmente sob égide do psíquico e do simbólico:

“[...] Este meio tecno-simbólico que é nosso chôra. É absolutamente indispensável à nossa existência, e é nele que nos fundimos como ser humanos. Com efeito, não se é humano sem a técnica e sem o símbolo; de resto, muito simplesmente não se poderia viver. Ora, este chôra, não o vemos e dele não somos conscientes. É no entanto este chôra (o meio tecno-simbólico) que faz do nosso mundo um mundo humano; mas nós o vemos sob o aspecto das coisas, sem estarmos conscientes de que as coisas apenas nos aparecem como aparecem porque estão apoiadas nesse chôra, ou seja, porque são investidas pela nossa existência”.¹⁰¹

A paisagem, portanto, constitui-se desde o *topos* físico ao *chôra* tecno-simbólico que acena diretamente à condição humana, em que a realidade se apresenta “por conseguinte a meio caminho entre os dois pólos teóricos do objetivo e do subjetivo; é *trajetiva*”¹⁰².

Ainda sobre os povos helênicos, o filósofo italiano Giorgio Agamben, em seu livro *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua I*, discorre sobre a palavra *vida* em seu uso corrente entre os gregos antigos, sublinhando dois termos distintos, *zoé* e *biós*:

“Os gregos não possuíam um termo único para exprimir o que nós queremos dizer com a palavra vida. Serviam-se de dois termos, semântica e morfológicamente distintos, ainda que reportáveis a um étimo comum: *zoé*, que exprimia o simples fato de viver comum a todos os seres vivos (animais, homens ou deuses) e *biós*, que indicava a forma ou maneira de viver própria de um indivíduo ou de um grupo. Quando Platão, no *Filebo*, menciona três gêneros de vida e Aristóteles, na *Ethica nicomachea*, distingue a vida contemplativa do filósofo (*biós theoreticós*) da vida de prazer (*biós apolausticós*) e da vida política (*biós politicós*), eles jamais poderiam ter empregado o termo *zoé* (que, significativamente, em grego carece de plural) pelo simples fato de que para ambos não estava em questão de modo algum

¹⁰⁰ PLATÃO, p. 134

¹⁰¹ BERQUE, Augustin. (1999). “Urbs dat esse homini!” In: ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana (coord.). *Paisagem e arte*. São Paulo: Comitê Brasileiro de História de Arte, 2000, p. 46-47

¹⁰² (BERQUE, 1999, p. 7)

a simples vida natural, mas uma vida qualificada, um modo particular de vida
103.”

De modo sucinto, a *zoé* está ligada à existência física, material e biológica, da qual todos os seres vivos partilham, ao passo que *biós* se relaciona às manifestações singulares e específicas de cada indivíduo; esquematizando, como se *biós* fosse a *forma de viver* contida em cada *zoé*¹⁰⁴. Se esticarmos esse tecido tão longínquo às presentes discussões, percebemos que a paisagem é o espaço, por excelência, do encontro entre o *habitar* (*zoé*) - ligado às necessidades subsistenciais do corpo animal - e aquilo que devém desse *habitar* (*biós*), materializando-se espacialmente e/ou formando-se psiquicamente segundo regimes de imagens e símbolos; a *biós* está ligada, muitas vezes, ao que é imaterial, *invisível*.

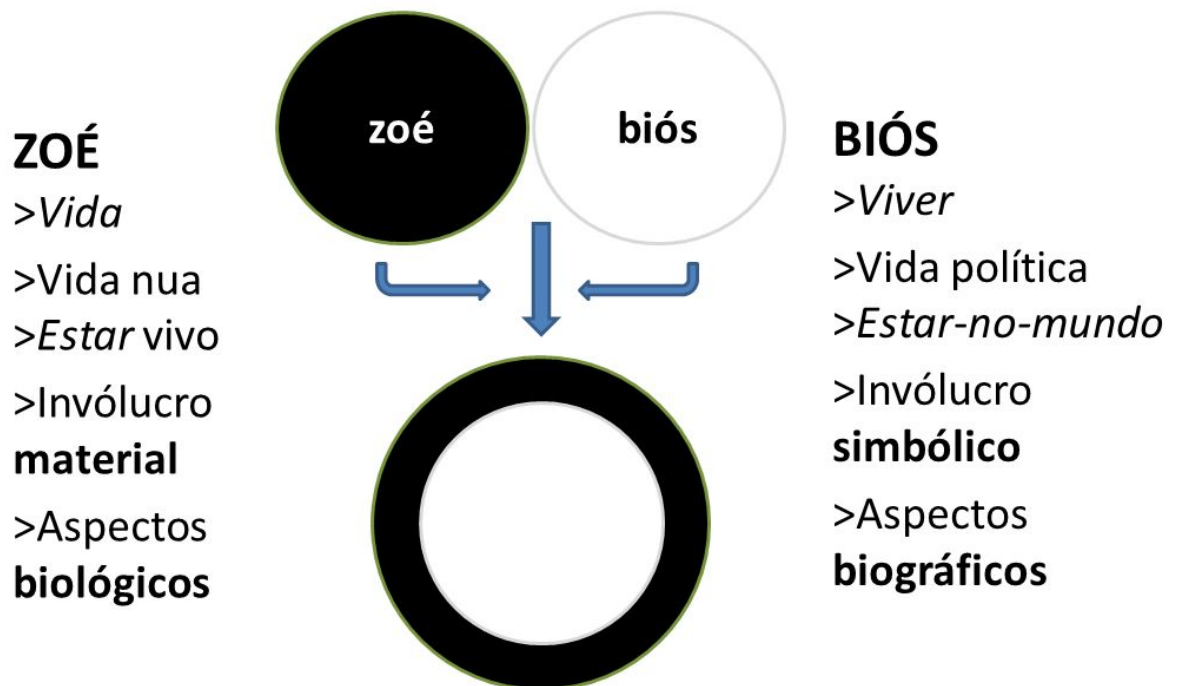


Imagem 3: relação entre *zoé* e *biós* a partir de Giorgio Agamben (elaborado segundo esquema proposto por Goldim¹⁰⁵). Fonte: autoria própria (2018).

¹⁰³ AGAMBEN, Giorgio (1995). *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007, p. 9

¹⁰⁴ O prefixo *zoo* (em zoologia, zootopia, zoonoses, etc.) significa *animal* e possui relação com o *zoé*, em cuja gênese está a ideia de *existência animal*, corporal. Por sua vez, o prefixo *bio* (em biologia, biosfera, biodiversidade, etc.) grosseiramente significa *vida*, e também é familiar ao *biós*, o qual nos remete aos aspectos singulares e qualitativos da vida (animal, material).

¹⁰⁵ GOLDIM, 2016, p. 4.

Conjuga-se uma dialética entre *zoé* e *biós*, cujo pressuposto é a vida animal como plano de fundo às qualidades desse viver. A morte da *zoé* implica necessariamente na morte da *biós*. É uma relação de troca e de intercalação entre uma forma e outra que, segundo pensamos, é passível de se revelar na paisagem: ora, a paisagem é a categoria sócio-histórica dotada de uma constituição física singular e apreendida segundo o também singular olhar humano; este gesto apreensor está diretamente relacionado à capacidade deste ambiente de fornecer os mínimos à manutenção subsistencial e reprodutiva do corpo animal; não basta haver uma inclinação estética sem que seja possível o atendimento dos mínimos vitais. Por outro lado, como trouxemos, a paisagem também convoca juízos estéticos e simbólicos, diretamente ligados à experiência sensorial e subjetiva, i.e., fornecendo subsídios não apenas à existência do corpo físico, mas de todo um tecido social e cultural que Aristóteles, no último excerto, prefere relacionar à ideia de *vida política*.

Esta íntima e incessante troca subjaz condutas e hábitos também específicos, conduzem um determinado *ethos* e ditam os modos de viver humanos. Esta discussão, que não se finda de forma alguma na paisagem mas que possui, nela, fundamental importância, é uma das várias suscitadas pela Psicologia¹⁰⁶ (social, ambiental, etc.), sobretudo por mirar nos conteúdos psíquicos desse *ser-zoé* e *ser-biós*, que encontram, ambos, na paisagem, a possibilidade do *habitar*.

Contudo, uma visão que destas rompe abruptamente pode ser encontrada em produções diversas das ciências naturais, especialmente orientadas por métodos assaz sistemáticos, matemáticos, quantificadores e mensuradores (basilares nas *hard-sciences*). Para que não nos partamos para longe do que foi proposto desde o início - nem que sejamos exaustivos em discussões metafísicas -, findaremos-nos a pensar em como a paisagem é discutida na Geologia que, assim

¹⁰⁶ Entre os diversos autores, Sandra Maria Patrício Ribeiro é uma das mais notáveis nesse campo, sobretudo por suas meditações, entre tantas coisas, sobre paisagem, memória, imaginário e relações intersubjetivas.

como a Geografia, preocupa-se em pensar o espaço em diferentes escalas e tempos.

Não perdendo de vista que a paisagem não trata da soma, mas da totalização harmoniosa entre fatores bióticos, abióticos e antrópicos, portanto, a paisagem, à ciência geológica, é a categoria espacial onde se revela, por excelência, o *conteúdo material ou físico* desse recorte e que por sua vez possui certa idade e deixa rastros de sua evolução: como se a paisagem, através desse conteúdo material, contasse sua história.

Quanto à paisagem e a geodiversidade - conceito com o qual não buscaremos profundidade -, o Serviço Geológico do Brasil¹⁰⁷ propondo diretrizes metodológicas à condução de estudos, estabeleceu os parâmetros “Geologia”, “Geomorfologia”, “Pedologia”, “Hidrologia” e “Climatologia” como fundamentais às análises dessas duas categorias, reconhecendo a inter-relação e dinâmica de tais fatores em dados tempos. A paisagem é o espaço de abrangência da geodiversidade. Não obstante, a paisagem também ultrapassa interesses acadêmicos. Sob esta ótica da Geologia e do passado contado pela paisagem, e.g., nela podem se encontrar fósseis (ao combustível fóssil), carvão, minérios, rochas e um sem número de outras coisas interessantes às indústrias e outras modalidades comerciais.

Outras áreas do conhecimento também buscam um intercâmbio com o conceito de paisagem. Por outro lado, não raras são as confusões entre este conceito e outro(s), especialmente os de *ambiente* e *natureza*, dirá Eder de Souza Martins, sobretudo na Ecologia Clássica e na Arquitetura¹⁰⁸. Uma das possíveis definições é a de que a paisagem seria uma “entidade total visual e do espaço natural e humano, integrando a geosfera com a biosfera e os artefatos noosféricos¹⁰⁹”; outra, ainda sob o escopo das ciências biológicas e ecológicas, define-a como “um segmento homogêneo do ambiente (inclusive a superfície da terra, o ar e todos os recursos úteis) que sustentam todas as criaturas vivas¹¹⁰”. Historicamente as

¹⁰⁷ DANTAS et al, p. 9-10.

¹⁰⁸ MARTINS, E. S. et al (2004). *Ecologia da Paisagem: conceitos e aplicações potenciais no Brasil*. Planaltina: Embrapa Cerrados, p. 12.

¹⁰⁹ NAVEH; LIEBERMAN apud MARTINS et al, 2004, p. 12.

¹¹⁰ FABOS apud MARTINS et al, 2004, p. 12.

ciências da natureza prezam pela *relação e dinâmica* espaço-temporal entre os elementos bióticos e abióticos da paisagem, alumiados pela “definição de aspectos genéticos e de evolução¹¹¹” em diferentes escalas. Nos dias atuais são conduzidos estudos quantificadores e estatísticos sobre as variáveis existentes na paisagem, especialmente a partir de tecnologias de mensuração e cartografia remotas, tendo como tópicos principais a conservação da paisagem; fluxos sustentáveis; usos e alterações da cobertura do solo; conservação da flora e fauna locais, etc.

À diante, partiremos da inserção da paisagem no âmbito de novas tendências e discussões filosóficas. Neste item que se encerra, no entanto, além da ligação feita com outras áreas do conhecimento (ainda que superficialmente) buscamos pormenorizar alguns dos atributos genéticos da paisagem, presentes nas discussões contemporâneas; antes de estabelecermos uma ponte interdisciplinar, falamos daquilo que *nela há* sem que ela existisse de fato àquela época. Tentaremos, enfim, consubstanciar os elementos-chave discutidos até aqui às contribuições atuais e transversais da paisagem no meio caminho entre a Filosofia e outras *epistemes*.

Embora dedicadas breves linhas passadas ao Timeu e Platão - porta-vozes da Filosofia Clássica neste trabalho -, é necessário retornar à Filosofia contemporânea para que tragamos a paisagem ao centro de um debate que se amplia aos limites próprios da ciência geográfica e demais áreas do conhecimento, cuja ênfase está naquilo que *há* na paisagem, mas fugindo de sua materialidade; melhor dizendo, aquilo que *há* de imaterial em sua constituição, que será passível de explicar aquilo que *há* de material, ou de físico: aquilo que é “invisível que pretende dar acesso a um mundo atrás (*Hinterwelt*) daquilo que é móvel, mutável e depende dos sentidos¹¹² [...]”. O leitor que apreende a ideia do excerto do filósofo Dirk-Michael Hennrich, neste momento, já identifica certa verossimilhança com o terceiro nível ontológico em Timeu: ou seja, se à luz da cosmogonia platônica havia

¹¹¹ MARTINS et al, 2004, p. 13.

¹¹² HENNRICH, 2013, p. 65

algo *entre* o que *é* e o que *devém* (imutável *versus* mutável) - o *chôra*, ou o lugar -, hoje podemos interpretar a paisagem como a categoria em que coexistem “o invisível e o visível e a relação enigmática entre ambos”¹¹³.

O sociólogo alemão Georg Simmel, importante autor da transição do século XIX ao XX, em um artigo intitulado *Filosofia da Paisagem* (1913) pôs-se a pensar esta categoria que se apartaria da noção de *natureza*. Simmel tratou logo de delimitar as duas coisas:

“Por natureza entendemos o nexos infundo das coisas, a ininterrupta parturição e aniquilação das formas, a unidade ondeante do acontecer, que se expressa na continuidade da existência espacial e temporal [...]. ‘Um pedaço de natureza’ é, em rigor, uma contradição em si; a natureza não tem frações; é a unidade de um todo e no momento em que dela algo se aparta deixará inteiramente de ser natureza, porque ele só pode existir justamente no seio dessa unidade sem fronteiras [...]. Mas, para a paisagem, é justamente essencial a demarcação [...]. Ver como paisagem uma parcela de chão com o que ele comporta significa então, por seu turno, considerar um excerto da natureza como unidade - o que se afasta inteiramente do conceito de natureza”¹¹⁴.

A paisagem, portanto, se apresenta como algo que extrapola a natureza mas que preserva, em essência, a harmonia entre elementos que a compõem. Outro ponto nodal é que “a ‘paisagem’ só surge quando a vida pulsando na intuição e no sentimento é em geral arrancada à unicidade da natureza [...], transferindo para um estrato inteiramente novo”¹¹⁵ [...]. Ao realizá-lo, é mister destacar que o homem torna-se *parte* desta unidade, mistura-se à totalidade. Ora, muitos autores referenciados neste trabalho partilham da mesma ideia. Contudo, Simmel, se aprofunda: antes de dizer que esse *nascimento* da paisagem acompanha a experiência e subjetividade humanas, a partir de uma perspectiva cultural, o autor dirá que a paisagem só poderá ser concebida - enquanto unidade que ela é - a partir de uma *disposição anímica* (*Stimmung*), intrapsíquica e simbólica:

“O suporte mais relevante desta unidade é, sem dúvida, o que rotula de disposição anímica (*stimmung*) da paisagem. Pois, assim como por

¹¹³ HENNRICH, Dirk-Michael. “II. Heurística da Paisagem. ‘A paisagem entre física e metafísica’”. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (coord.). *Filosofia e Arquitectura da Paisagem*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013, p. 65

¹¹⁴ SIMMEL, Georg (1913). *A Filosofia da Paisagem*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009, p. 5-6.

¹¹⁵ Ibid, 1913, p. 8

disposição anímica de um homem, entendemos o elemento unitário que colora constantemente ou só no momento presente a totalidade dos seus conteúdos psíquicos singulares [...]”.¹¹⁶

No entendimento de Serrão sobre Simmel, “a experiência da natureza *como* paisagem acontece quando a intensidade da percepção se une a um sentimento concordante, a sintonia (*Stimmung*), uma tonalidade anímica [...] e os funde numa intuição¹¹⁷”. A disposição anímica não é, ela própria, a paisagem, mas é condição *sine qua non* à sua apreensão. A paisagem, para Simmel, é entendida no conjunto das formas mentais¹¹⁸, e.g., como a *biós* ou o *chôra*. Em trechos posteriores, o autor tece suas inquietações a respeito de tal *disposição* integradora dos elementos numa forma *una*:

“[...] em que medida essa disposição da paisagem se funda objetivamente nela própria, já que é um estado psíquico e, por isso, só pode habitar no reflexo afetivo do observador, e não nas coisas exteriores desprovidas de consciência? E estes problemas cruzam-se naquele que aqui nos ocupa: se a disposição anímica é um fator essencial ou, porventura, o fator essencial que coaduna os fragmentos na paisagem enquanto unidade apercebida - como é possível ter ela uma ‘disposição anímica’, já que a paisagem só existe quando é enxergada como unidade, e não antes, na simples soma dos fragmentos dissemelhantes?¹¹⁹”.

Ainda que estejamos longe de propor uma hermenêutica da paisagem ou das formas que a constituem, é possível, dadas as imposições teóricas específicas, contrastar a *stimmung* com a trajetividade e os *meios* em Augustin Berque: a *stimmung* é o ato inaugural, que dá a coesão entre o homem e o recorte espacial apreendido, cujo devir é a paisagem. Essa disposição anímica é mitopoética, pois, ao revelar a paisagem e seu conteúdo, traz consigo a materialização simbólica do inconsciente (individual e sobretudo coletivo¹²⁰, assim explicando o surgimento da cultura, segundo Berque, em dadas civilizações), ou dos conteúdos psíquicos

¹¹⁶ Ibid, p. 13.

¹¹⁷ SERRÃO, 2012, p. 163

¹¹⁸ Idem, 2013, p. 11

¹¹⁹ Ibid, p. 14.

¹²⁰ Há certa semelhança com a ideia das dobras da paisagem, em Anne Cauquelin (2007), i.e., a paisagem é a expressão de uma sobreposição do social em diferentes temporalidades, nunca perdidas, mas recalcadas, escamoteadas, enfim, *dobradas* (o que permite a possibilidade de um resgate, de um desdobrar).

singulares¹²¹. Por sua vez, a disposição anímica (caminho por onde Simmel achou dificuldade em perscrutar) pode ser tomada como um fundamento existencial ambivalente: não é intrínseca apenas à gênese da paisagem *per se*, mas é também uma ação inaugural humana, estando no estrato das atividades intrapsíquicas; é um laço, um elemento que *simbiotiza* o homem e seu meio relacional estabelecendo uma relação mútua entre as categorias. É fundamental sua cogitação primeira sobre a *stimmung*, pois ela em si já mostra como esse fundamento integrador homem-meio (enfaticamente espiritual para Simmel) está no âmago da paisagem e dos meios, como um todo, para Berque. Aliás, não só para este último; todo esse arcabouço de contribuições das mais variadas áreas do conhecimento se fazem úteis no atual momento da ciência geográfica de abertura interdisciplinar e intercâmbio de ideias, de modo que sejam profícuas não apenas à Geografia Cultural ou Humanista, mas que atravesse as mais diversas escolas e métodos a fim de robustecer as futuras discussões e produções acerca da paisagem.

¹²¹ Ibid, p. 13.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se há algo unânime - embora não possa assumir se seja consciente, em todos os casos - é que a paisagem se apresenta, em imaginários e discursos, como um *recorte* espacial, uma porção cujos limites são muitas vezes incertos. Evidente que a paisagem para as ciências biológicas e da natureza são mais ou menos delimitáveis segundo critérios físico-matemáticos, lógicos; enfim, podem ser mensuráveis, racionalizáveis, ordenáveis.

Segundo o rigoroso olhar científico, a paisagem seria uma categoria espacial a contar histórias, ou seja, “partilharia” com o cientista, e.g., quais as rochas que ali existem e suas composições mineralógicas; qual o seu tipo de solo; que relevo essa paisagem apresenta; qual é o quadro climático e como se distribuem os índices pluviométricos; que animais vivem ali; que plantas são endêmicas; que quer dizer o padrão de agrupamento humano d’ali, ao longo do tempo; como se organizam os povos. Mesmo as categorias de *tempo* são aquelas mensuráveis: em que *era* ou *período* geológico se formaram suas rochas; por quantos *séculos* residiram ali determinados agrupamentos; quantos *anos* vivem as espécies arbustivas d’ali; quais são os *meses* mais chuvosos; quantos *minutos* ou *segundos* são necessários àquela ave para sobrevoar de sua árvore à lagoa. Ao cientista, as perguntas de “quanto tempo?” e “onde são/estão?”, no contexto também científico de relação com a paisagem, demandam respostas gerais, universais, totalizadoras, entendidas em qualquer parte do mundo porque devem atender a uma linguagem única. No limite, quando esse é o diálogo estabelecido entre a paisagem e o homem (aqui estritamente científico), não raras são as tipologias e hierarquizações: “paisagem natural”, “paisagem cultural ou humanizada”, “paisagem urbana”, “paisagem marinha”, “paisagem protegida”, “paisagem vegetal”, entre tantas outras mais ou menos recorrentes (e enfadonhas, por vezes).

Mas a paisagem não é unidimensional. Coexistem nela mais do que *um* tempo e *um* espaço *quantitativos*, mas sobretudo - e imprecisamente muito mais antigos - *qualitativos*, indeterminados, em que atributos como a percepção, a memória, as diversas narrativas, a experiência subjetiva, os mitos e os ritos também ajudam a revelar outras facetas, nem sempre consideradas pelo rigor científico (e

que nem por isso mereçam desmazelo). Tão relevante quanto dizer em números quanto tempo um agricultor leva em sua jornada de trabalho diária é observar que, para ele, por exemplo, antes de esse tempo ser quantificado, bastaria dizer que o trabalho termina quando a última diligência é exitosamente cumprida, ou quando o Sol se põe, ou simplesmente quando a sorte do sono ou cansaço lhe alcança. Na paisagem, antes do tempo *objetivo* do *relógio*, da história em termos científicos, coexistem o tempo *cíclico* e autoprodutivo (natural) e *subjetivo* entre o homem e as coisas com as quais se relaciona; na verdade, essas duas formas conjugam uma complexa dialética temporal. Esse tempo qualitativo, respectivamente para Serrão e Sandeville Jr.:

“[...] não é nem linear, nem sequencial, nem mensurável como o tempo humano. É, ao invés, uma *temporalidade inclusiva*, porque qualitativa; uma *temporalidade circular*, sem início ou termo, que articula em uníssono todos os seus elementos e todos os seus fenômenos. Uma meta-temporalidade sem envelhecimento¹²²”.

“Além disso, a paisagem nessa proposição é tempo, abrigo de múltiplas temporalidades e é herança de outros tempos, isto é, sua natureza é processual, dinâmica, significativa também na medida em que é social e histórica¹²³”.

Há um constante entremear dos níveis *econômico* e *ecológico*, pré-científicos, dotados de um olhar (*est*)*ético* e expressos pela ideia de *eco* (*οἶκος*), i.e., casa ou morada do dos seres vivos. A paisagem não abriga ou se relaciona, apenas, com a materialidade destes seres.

E aí está algo com que me preocupei em demasia neste trabalho: a paisagem, mais do que qualquer outra categoria espacial, é especificamente caracterizada por ambivalências ou diferentes possibilidades de se explicar os fenômenos que ocorrem/ocorreram em sua extensão. A paisagem pode ser tanto entendida segundo o olhar científico (*objetivo*), ou segundo a tradição e memória de um povo, mesmo segundo um olhar estético e artístico (*subjetivo*). É na paisagem que se encontram a *zoé* e a *bios*, conforme Giorgio Agamben, ou seja, englobam-se

¹²² SERRÃO, 2013, p. 19.

¹²³ SANDEVILLE JR., Euler et al. “A dimensão lúdica das paisagens partilhadas”. In: ARAÚJO, Alberto Filipe; RIBEIRO, Sandra Maria Patrício (2015). *Paisagem, imaginário e narratividade: olhares transdisciplinares e novas interrogações da psicologia social*. São Paulo: Zagodoni, 2015, p. 228

desde a existência ou o habitar físico e material dos seres até as *qualidades* e contingências desse habitar, especialmente no que concerne o *ethos* humano. É, por fim, a paisagem o encontro de *topos* e *chôra*, ou, respectivamente, daquele lugar imóvel das formas e matéria localizáveis e mensuráveis em extensão *versus* este lugar tecno-simbólico¹²⁴, suprassensível, a partir do qual imprimimos e recebemos imagens e representações simbólicas de nossa existência no mundo e da existência do mundo em nós. Afinal, dirá Anne Cauquelin¹²⁵, contemplar a paisagem não é um exercício de contemplação exterior, mas interior, no que tange tanto nossas construções intelectuais individuais quanto aquelas herdadas ao longo do tempo¹²⁶. O devir da paisagem é sua reprodutibilidade, sua transferência, seu desdobrar pelas próximas gerações.

Para Serrão, “[...] A paisagem não é a natureza (em si) nem o humano (para si), mas o ponto de encontro de homem e natureza¹²⁷”. Berque chamará essa qualidade de *trajetividade*: a paisagem está, sobretudo, entre os polos *subjetivo* e *objetivo*, ou, como eu preferi chamar no título do trabalho (sem a menor das presunções), entre matéria e ideia.

O capítulo segundo desta redação acabou por mostrar exatamente como a paisagem transitou, ao longo da epistemologia e história do pensamento geográfico, entre reflexões, análises e produções em que ora se priorizava seu conteúdo material (às vezes enfaticamente, como na *new geography*), ora sua consonância com a percepção e subjetividade. Aliás, se esses dois temas são tão frequentes hoje em dia na *geografia cultural*, por muito foram preteridos em tempos anteriores, talvez porque, sintomaticamente, a ciência geográfica estivesse alinhada às tendências científicas da época, as quais tentei listar naquele capítulo.

Da mesma forma que a paisagem transitou *pra lá* e *pra cá* na ciência geográfica, ser-nos-ia um desafio pensar qual o futuro desta categoria para nós, geógrafos; i.e., para onde transitará no futuro? Quais os rumos das discussões e

¹²⁴ BERQUE, Augustin. (1999). “Urbs dat esse homini!” In: ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana (coord.). *Paisagem e arte*. São Paulo: Comitê Brasileiro de História de Arte, 2000, p. 46-47

¹²⁵ CAUQUELIN, 2007, p. 27.

¹²⁶ Em sua compreensão, Cauquelin aponta que a paisagem é composta por milhares de *dobras* e *memórias*, constituídas por símbolos pretéritos e sempre herdadas e *abertas* pelas gerações seguintes.

¹²⁷ SERRÃO, Adriana Veríssimo (2014). *Paisagem e ambiente: uma distinção conceptual*. Barcelona: Enrahonar. Quaderns de Filosofia, p. 26.

reflexões acerca da paisagem? Nós, geógrafos, continuaremos o processo intercambiável entre a ciência geográfica e outras ciências a fim de repensar esta categoria?

Uma coisa é certa e foi versada neste trabalho: a paisagem também está presente no atual momento do capitalismo, quer dizer, mesmo em momentos de crise e complexificação das relações. De um passado intimamente ligado a um *pensar* preocupado com sua manutenção e importância para os povos a um presente em que sua comercialização é indispensável à produção de desigualdades: vendemos, compramos ou alugamos paisagens; pagamos caro para visitar algumas e, por poucos segundos, contemplamo-las seguindo dedicadamente as restrições impostas pelo guia turístico; deixamos rastros onerosos e desrespeitosos de nossas visitas, muitas vezes em nome de momentos de lazer fotografáveis. Luisa Bonesio se interroga exatamente sobre esse atual momento da paisagem no mundo contemporâneo: “De facto, [...] como se poderia ainda dizer bela uma paisagem tão violada e incompreendida, ou ainda sublime as montanhas enjauladas pelo contorno dos teleféricos e os litorais que fervilham de massas humanas?”¹²⁸.

São fundamentais, portanto, as contribuições da Geografia que tratam de problematizar ou de inserir esta categoria no bojo dos estudos sobre as cidades grandes e o fenômeno urbano, sem, de forma alguma, dissociá-la de seu conteúdo físico, natural; mais do que isso, cremos ser central o intercâmbio entre a Geografia e as demais áreas do conhecimento, segundo trouxemos, tanto das ciências naturais e exatas quanto das humanas, exatamente a fim de esquadriñar um conhecimento transversal, composto por múltiplas variáveis e narrativas e compondo novas possibilidades de se pensar e discutir esta categoria que transita reciprocamente *entre* os pólos da matéria e da ideia.

¹²⁸ BONESIO apud SERRÃO, 2005, p. 7.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio (1995). *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

ANDRADE, Manuel Correia de (2008). *Geografia: ciência da sociedade*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.

ANTROP, Marc. “1. A brief history of landscape research”. In: HOWARD, Peter; THOMPSON, Ian; WATERTON, Emma (2013). *The Routledge Companion to Landscape Studies*. Oxfordshire: Routledge. Disponível em: <<https://www.natur.cuni.cz/geografie/socialni-geografie-a-regionalni-rozvoj/studium/doktorske-studium/kolokvium/kolokvium-2013-2014-materialy/2013-antrop-2013.pdf>>. Acesso em 15/05/2018

ANTROP, Marc; VAN EETVELDE, Veerle (2017). *Landscape perspectives. The holistic nature of landscape*. Dordrecht: Springer. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=_ehDDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 15/05/2018

ARCASSA, Wesley de Souza (2017). *Friedrich Ratzel: a importância de um clássico*. Geographia Opportuno Tempore, Londrina, Vol. 3, Nº1, p. 98-115

BACHELARD, Gaston (1949). *A psicanálise do fogo*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BERQUE, Augustin (2008). *El pensamiento paisajero*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2009.

_____. (1999). *Geogramas, por uma ontologia dos fatos geográficos*. Rio de Janeiro: Geograficidade, v. 2, n. 1, 2012.

_____. (1999). “Urbs dat esse homini!” In: ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana (coord.). *Paisagem e arte*. São Paulo: Comitê Brasileiro de História de Arte, 2000, p. 41-52.

BLANC-PAMARD, Chantal; RAISON, Jean-Pierre. “Capítulo Paisagem”. In: *Enciclopédia Einaudi* (1986). v.8. Lisboa: Imprensa Nacional, p.138-159.

CAUQUELIN, Anne (2000). *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CLAVAL, Paul (2011). *Geografia Cultural: um bal anço*. Londrina: Geografia (Londrina), v. 20, n. 3, p. 5-24.

DANTAS, Marcelo Eduardo et al (2015). *Geodiversidade e análise da paisagem: uma abordagem teórico-metodológica*. Rio de Janeiro: Terræ Didatica, 11(1):04-13. Disponível em: <<http://www.ige.unicamp.br/terraedidatica/>>. Acesso em 11/09/2018.

HALLAIR, Gaëlle. "Paysage" et "Landschaft": incompréhensions et malentendus entre les géographes allemands et français dans les années Trente. In: KELLERER, Nierhoff-Fassbender; PERRIN-MARSOL, Theofilakis. *Malentendu: bien entendu, une affaire de communication* (2007). Cologne. Disponível em: <<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00595066/>>. Acesso em: 21/05/2018

HENNRICH, Dirk-Michael. "II. Heurística da Paisagem. 'A paisagem entre física e metafísica'". In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (coord.). *Filosofia e Arquitectura da Paisagem. Intervenções*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013, p. 65-78.

LOPES, Rodolfo. "Introdução". In: PLATÃO. *Timeu-Crítias*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2011, p. 11-65.

LOURENÇO, Claudinei (2002). *Paisagem no Kosmos de Humboldt: um diálogo entre a abstração e a sensibilidade*. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

MARIA, Yanci Ladeira (2011). *Paisagem: entre o sensível e o factual. Uma abordagem a partir da geografia cultural*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

MARTINS, Eder de Souza et al (2004). *Ecologia da Paisagem: conceitos e aplicações potenciais no Brasil*. Planaltina: Embrapa Cerrados.

MAXIMILIANO, Liz Abad (2004). *Considerações sobre o conceito de paisagem*. Curitiba: Revista Ra'e Ga, p. 83-91.

PENNA E SOUZA, Bernardo Sayão et al (2016). *Geomorfologia e Percepção da Paisagem: uma possibilidade de estudos sobre sustentabilidade ambiental*. Artigo. Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/scalamato_santos_garcia_pereira_pennaesouza.pdf>. Acesso em 30/08/2018

PLATÃO (2011). *Timeu-Crítias*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos.

QUEIROZ, Guilherme de Oliveira (2014). *Sobre Paul Vidal de La Blache, paisagem, descrição e a geografia imagética*. Vitória: Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos.

RATZEL, Friedrich (1904). *Sobre a interpretação da natureza (Über Naturschilderung)*. Niterói: UFF, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2010.

RIBEIRO, Sandra Maria Patrício. “Preâmbulo”. In: ARAÚJO, Alberto Filipe; RIBEIRO, Sandra Maria Patrício (2015). *Paisagem, imaginário e narrativa: olhares transdisciplinares e novas interrogações da psicologia social*. São Paulo: Zagodoni, 2015.

ROSOLÉM, Nathália Prado; ARCHELA, Rosely Sampaio (2010). *Geossistema, território e paisagem como método de análise geográfica*. Coimbra: II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física.

SANDEVILLE JR., Euler et al. “A dimensão lúdica das paisagens partilhadas”. In: ARAÚJO, Alberto Filipe; RIBEIRO, Sandra Maria Patrício (2015). *Paisagem, imaginário e narrativa: olhares transdisciplinares e novas interrogações da psicologia social*. São Paulo: Zagodoni, 2015.

SAUER, Carl (1962). *Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Espaço e Cultura, 1997.

SCHIER, Raul Alfredo (2003). *Trajetórias do conceito de paisagem na Geografia*. Curitiba: Revista Ra'e Ga, p. 79- 85.

SERRÃO, Adriana Veríssimo (2012). *Paisagem e cidade: complementaridade e conflito*. Brasília: Conferência (Seminários de Pesquisa do Grupo de Pesquisa em Filosofia da Religião da UNB).

_____. (2013). *Paisagem: natureza perdida, natureza reencontrada?* Brasília: Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea.

_____. (2014). *Paisagem e ambiente: uma distinção conceptual*. Barcelona: Enrahonar. Quaderns de Filosofia, p. 15-28

SIMMEL, Georg (1913). *A Filosofia da Paisagem*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009.

SIQUEIRA, Mariana Nascimento et al (2013). *Geografia e Ecologia da Paisagem: pontos para discussão*. Uberlândia: Soc. & Nat., p. 557-566.

TROLL, Carl (1950). *A paisagem geográfica e sua investigação*. Rio de Janeiro: Espaço e Cultura, 1997.

TUAN, Yi-Fu (1972). *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

VITTE, Antonio Carlos; FABRÍCIO, Deyse Cristina Brito (2011). *Paul Vidal de La Blache e a Geografia Francesa: do contexto histórico às monografias urbanas*. São Paulo: História, Arte e Cidades, n. 6, jan./jun. p. 301-332